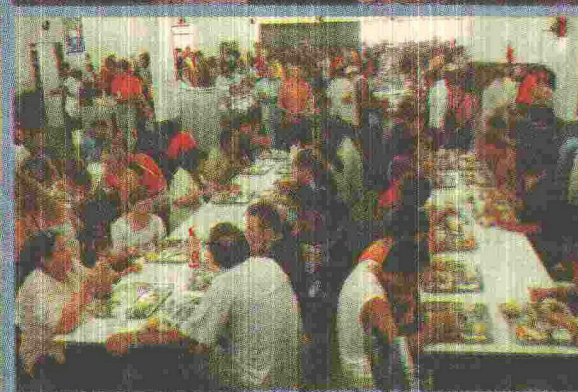


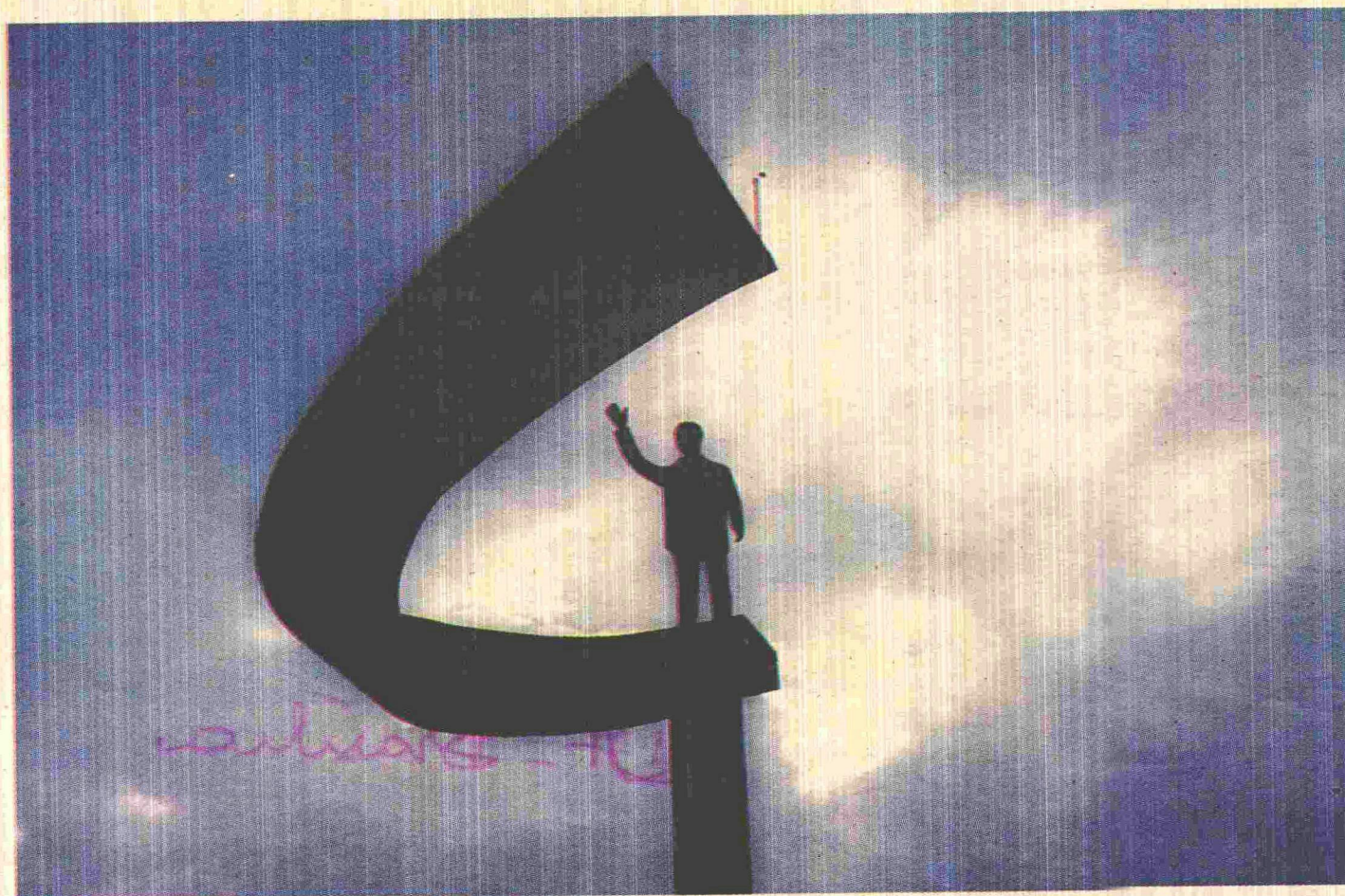


DF - Brasília

Pronto para o século 21

*DF nos trilhos do
desenvolvimento*





Brasília confirma vocação econômica

O ano de 2006 começou com a inauguração da Usina Hidrelétrica de Corumbá IV, que, além de gerar energia elétrica e abastecer de água toda a região pelos próximos 100 anos, consolida o Distrito Federal como um importante pólo de desenvolvimento econômico. É a materialização de um sonho do seu fundador, Juscelino Kubitschek, que previu, 50 anos atrás, numa frase eternizada num dos monumentos da Praça dos Três Poderes: "Deste planalto central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu País e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino".

Hoje, meio século depois de sua passagem pela Presidência da República, até os adversários políticos de JK haveriam de reconhecer que a sua ousadia fez sentido para a história e para o desenvolvimento do País.

Corumbá IV, com capacidade para produzir 127 megawatts de energia elétrica, é apenas um exemplo entre tantos projetos que trarão desenvolvimento econômico para o Centro-Oeste, como a geração de empregos, por meio da exploração turística em potencial. A obra vai modificar a vida de milhares de pessoas e a dinâmica de toda a região sob todos os aspectos.

O desenvolvimento de uma região, nas atuais condições da economia e da sociedade brasileiras, não pode ser ana-

lisado sem que se coloque o problema da necessidade da geração de emprego e renda. Nesse contexto, os poderes públicos devem assumir essa tarefa, abrindo espaço para a criação de oportunidades de trabalho em todas as camadas da população. Esse tipo de intervenção procura minimizar ou eliminar fatores que impedem o desenvolvimento econômico. Neste início de ano, de acordo com os índices da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF), aumentou o número de pessoas empregadas no DF. A taxa de desemprego cresceu 1,2% e a de desemprego caiu 3,3%, atingindo assim a menor taxa de desemprego desde fevereiro de 1997.

Outra boa notícia foi a aprovação, no Congresso Nacional, do projeto para a

instalação da Cidade Digital, uma grande conquista para o DF, com a previsão de 140 mil novos empregos a serem gerados. A Cidade Digital vai transformar o Distrito Federal em um centro de referência mundial na produção de bens e serviços de Tecnologia, Informação e Comunicação, com investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões.

É isso que o Jornal de Brasília pretende mostrar na série de reportagens deste Caderno Especial. O Distrito Federal, 46 anos depois de sua inauguração – além de ser o centro das decisões políticas e administrativas do País –, transformou-se num importante pólo de desenvolvimento do Brasil, confirmando a sua vocação econômica e criando oportunidades para todos.

Pronto para o século 21 é uma publicação do Jornal de Brasília

Edição: Jorge Eduardo Antunes. **Reportagem:** Marcondes Brito e Adson Boaventura.
Fotos: Cristiano Mariz, Davi Zocoli e Cedoc. **Layout:** Marcelo Moura. **Revisão:** Coracy Bevilacqua



O DF tem o maior percentual de água tratada de todo o País. Na foto, estação de tratamento de Melchior

Brasília rumo aos 50 anos

No dia 21 de abril de 2010, Brasília vai completar 50 anos de existência e o Governo do Distrito Federal, com bastante antecedência, preparou um planejamento estratégico para que a cidade mantenha uma boa qualidade de vida aos seus habitantes, oferecendo oportunidades para todos, elevando a renda das famílias, possibilitando o acesso aos serviços básicos e incentivando a instalação de empresas e gerando emprego para todos.

Objetivamente, duas perguntas podem ser feitas aos diversos órgãos do GDF em relação a esse planejamento estratégico: qual o futuro desejado? Como alcançá-lo? Fundamentalmente, o que se deseja é que Brasília seja preservada como patrimônio cultural da humanidade e o DF mantenha altos níveis de desenvolvimento humano, econômico e social, respeitando o meio ambiente, associados a uma gestão pública transparente, austera, empreendedora, consolidando-se como referência nacional e internacional em qualidade de vida e justiça social.

O Planejamento Estratégico "Brasília Rumo aos 50 Anos" foi elaborado com a participação de representantes de todos os órgãos do GDF, que puderam contribuir com sugestões sobre os mais diversos assuntos ligados à administração pública da capital do País. A singularidade econômica e política do DF no cenário nacional faz com que os obstáculos ao seu desenvolvimento sejam

muito particulares. Essa característica dificulta a utilização de modelos administrativos tradicionais, exigindo soluções inovadoras e dinâmicas.

"Brasília é a capital do povo brasileiro. Esse sonho, hoje realidade, é feito com pessoas de todos os cantos do Brasil, que vieram para cá na esperança de encontrar melhores

condições de vida, um lugar para morar com dignidade, trabalho, escolas e saúde para desfrutar seus dias na terra abençoada", diz o arquiteto Oscar Niemeyer.

O Planejamento Estratégico estrutura-se de modo a promover o desenvolvimento do DF, por meio da transformação, do for-

talecimento e da qualificação dos recursos mobilizáveis a esse fim. Pretende criar condições favoráveis à consolidação e à ampliação de sua base produtiva.

Neste sentido, para seu efetivo desenvolvimento são necessárias a articulação e a gestão compartilhada da região onde se insere o DF, considerando especialmente os eixos nacionais de integração e desenvolvimento já identificados em estudos técnicos realizados pelo governo.

São quatro as agendas - criadas por consenso intra-governamental - consideradas como principais instâncias de integração intersetorial: 1) - Agenda Social; 2) - Agenda de Desenvolvimento Econômico; 3) - Agenda de Desenvolvimento Urbano e Infra-estrutura; 4) Agenda da Gestão Pública.

Para que essa estratégia seja cumprida, "Brasília Rumo aos 50 Anos" se dispõe a fazer uma análise integrada dos problemas e potencialidades do DF, coordenando ações, visando as necessidades da população. Daqui para o ano de 2010, Brasília deve se constituir em plataforma de um planejamento capaz de fortalecer e dinamizar a rede urbana da região em que se insere, fazendo da capital federal um espaço singular, sob qualquer ponto de vista e para qualquer avaliador.

FCO para o setor produtivo

Dentro da política de incentivo aos setores produtivos, foi criado o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento. Na qualidade de administrador do Fundo, o Banco do Brasil oferece apoio financeiro aos investimentos de produtores rurais pessoas físicas ou jurídicas e pessoas jurídicas de direito privado que se dediquem à atividade produtiva nos segmentos agropecuário, mineral, industrial, comercial e de serviços, agroindustrial e turístico da Região Centro-Oeste. Os financiamentos realizados com recursos do FCO proporcionam ampliação da oferta de emprego e melhor distribuição de renda, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida da população do Centro-Oeste do País. Na opinião de Luis Fernando da Costa Silva, um dos representantes do DF no Condel/FCO, o empresariado está despertando para a importância do FCO. "e isto é muito bom para o crescimento da nossa região, sob a ótica de desenvolvimento econômico e geração de emprego", destaca.

Exportações no Distrito Federal aumentaram 105,99% em 2005

O crescimento das exportações do Distrito Federal dá uma amostra animadora do desenvolvimento da região. Em 2005, as vendas para o exterior de produtos fabricados no DF atingiram um total de US\$ 59,6 milhões, representando um aumento de 105,9% em relação a 2004, colocando a capital do País como a Unidade Federada com melhor desempenho no Brasil, segundo dados da Revista Fibra Empresarial, publicação da Federação das Indústrias do DF.

Essa evolução das exportações é creditada a uma soma de esforços, especialmente à política de incentivo do GDF, que tem dedicado especial atenção a esse setor, por intermédio da Agência de Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior (Adecex), além de iniciativas e campanhas promovidas pelo Centro Internacional de Negócios (CIN) da Fibra, bem como o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Um dos principais efeitos do processo de globalização que vem afetando a grande maioria das nações, é o aumento do comércio internacional, que nos últimos anos vem crescendo a uma taxa superior ao do PIB mundial. Este fenômeno parece estar se acelerando. Como seria de se esperar, o Brasil não ficou imune a este processo de crescimento do comércio internacional. Em 2005, o Brasil exportou US\$ 118.309 bilhões.

Em volume exportado, o DF ainda é muito pequeno, se comparado aos demais estados. Atualmente, ocupa o 24º lugar no ranking dos exportadores brasileiros, enquanto São Paulo aparece na liderança, com a extraordinária quantia de US\$ 34,5 bilhões exportados no ano passado.

As prateleiras internacionais abriram espaço, basicamente, para o agronegócio produzido no DF e no Entorno. Da pauta de produtos remetidos para o exterior, 70% são de aves e grãos de soja. Mas há um dado importante na relação desses itens exportados: 47% são produtos novos, evidenciando uma forte diversificação.

O País que mais importa do DF é o Kuwait, responsável por 18,60% dos produtos (US\$ 9,7 milhões), seguido da Arábia Saudita (17,26% e US\$ 9 milhões), China (12,33% e US\$ 6,4 milhões) e Holanda (9,66% e US\$ 5 milhões). Mas, até metade de 2004, os Países Baixos eram o maior destino de produtos do DF. O Oriente Médio é a região de maior representatividade, uma vez que é responsável pela aquisição de 56% do total de exportações do DF.

As prateleiras internacionais abriram espaço para o agronegócio do DF



O setor de agronegócio do DF conquistou as prateleiras internacionais

A meta é chegar aos US\$ 100 milhões em 2006

O aquecimento do mercado interno, ampliação do número de empresas exportadoras e maior disseminação da cultura exportadora animam o Distrito Federal, de forma que a expectativa em 2006 é exportar algo em torno de US\$ 100 milhões. Para tanto, será necessário diversificar a pauta de produtos, segundo avaliação da Agência de Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior. Se consolidarmos a capacidade produtiva no setor da avicultura, o DF tem grandes chances de atingir a meta estabelecida.

O presidente da Federação das Indústrias do DF, Antônio Rocha, vislumbra grandes projeções para este ano. "Brasília é uma cidade muito jovem, com menos de 50 anos, e detentora de uma economia for-

mada por 98% de micro e pequenas empresas. Estamos ainda em um processo de maturação. Quando o mercado internacional descobrir definitivamente a qualidade dos nossos produtos, garantiremos um lugar privilegiado no ranking dos grandes exportadores", aposta.

As grandes e médias empresas ainda são as maiores responsáveis pela pauta de exportações do DF. A empresa que mais se destacou em 2005 foi a Sadia S.A., com 57,28% de participação (um total de R\$ 30 milhões). Outras empresas, como Multigrain (US\$ 7,1 milhões), Só Frango (US\$ 4,1 milhões), Cargil Agrícola S.A. (US\$ 3,4 milhões) e Indústrias Rossi Eletromecânica (US\$ 953 mil) também apresentaram números bastante expressivos.

Indústria do DF cresceu 11,95% em 2005

Na segunda quinzena de fevereiro a Federação das Indústrias de Brasília (Fibra) apresentou a pesquisa Indicadores de Desempenho da Indústria do DF, em 2005. Foi um ano bastante promissor para o setor, com o incremento de 11,95% em comparação a 2004. Destaque-se ainda que, em dezembro, houve uma elevação de 14,32% em relação a novembro. Este foi o maior resultado já registrado na comparação mensal desde 2003, ano em que teve início a pesquisa.

O bom desempenho verificado em 2005 deve-se, principalmente, ao maior dinamismo das vendas a partir do terceiro trimestre, sendo que o último apresentou as maiores taxas mensais de todo o ano, devido, sobretudo, à elevação do consumo, incentivado pela redução das taxas de juros, e o aumento de receitas das empresas fornecedoras de bens e serviços ao setor público, com o pagamento de contratos. Os setores industriais que apresentaram melhores resultados no faturamento em 2005 foram Vestuário e Acessórios (36,40%), Processamento de Grãos (17,52%), Edição e

Impressão (17,46%) e Tecnologia da Informação (21,12%).

Segundo o presidente da Fibra, Antônio Rocha, o crescimento no faturamento deve-se, sobretudo, ao aumento sazonal da demanda do setor industrial, com destaque para o segundo semestre, o fechamento de alguns contratos de setores que prestam serviços ao governo, como Tecnologia da Informação e Edição e Impressão, além do crescimento das vendas para outros estados e o incremento das exportações brasileiras.

Há, entre os industriais do DF, a preocupação comum a todas as regiões do País. Qualquer análise prospectiva das restrições potenciais ao crescimento da economia brasileira deve ter em conta que o Brasil deverá, sempre, enfrentar condições adversas de financiamento externo, em comparação a outros países. Em tese, isso implica que a indústria brasileira deverá operar em um quadro de ameaça potencial, decorrente da baixa disponibilidade de divisas.

Para continuar nessa tendência ascendente, a indústria brasileira – e, por extensão, a do Distrito Federal – aposta,



Setor de edição e impressão pode ter crescimento maior com queda do dólar e juros

sobretudo, em tecnologia e na capacitação humana. No mundo atual, o conhecimento antecede ao fato. A concorrência no mercado mundial torna obrigatório

um novo padrão de produtividade e qualidade, definido pela combinação de ciência e tecnologia avançada e grandes investimentos.

Porto Seco, um grande negócio

Desde a instalação da Estação Aduaneira do Interior (Eadi) do Distrito Federal, o Porto Seco do DF, a capital do País passou a funcionar como um 'porto marítimo', só que no interior do País, e serviu para reduzir a alta concentração de cargas nos portos que funcionam no litoral. Com a implantação do Porto Seco, cuja obra teve um custo de aproximadamente R\$ 15 milhões, abriu-se imediatamente a possibilidade de criação de 10 mil empregos, diretos e indiretos, pela movimentação logística que começou a mobilizar. As vantagens que o Porto Seco traz são a facilidade para organizar consórcios de exportação e importação e a redução de custos. A iniciativa do Porto Seco vai ao encontro do programa de estímulo à

implantação e ao desenvolvimento do setor logístico do Distrito Federal, o Pró-DF Logístico.

O Porto Seco está localizado na Área Especial Saia Velha nº. 1, no Pólo JK, em Santa Maria, em um terreno com 101 mil metros quadrados. Por meio de linhas férreas, o DF está ligado aos principais portos do país: Tubarão, no Espírito Santo; Paranaguá, no Paraná; e ao porto de Santos, em São Paulo. Em função do perfil dos produtos importados e exportados pelo Distrito Federal, o Porto Seco de

Brasília tem como principal foco de negócio os produtos de baixo peso e reduzido volume, porém com alto valor agregado.

Desde que foi implantado, o trânsito de mercadorias do DF para o resto do país e para o exterior passou por profundas transformações, com armazenamento mais barato e menos buro-

cracia. Diversos segmentos estão sendo beneficiados pelo Porto Seco, já que ele vem atraindo empresas de outras cidades. Para que se tenha uma idéia desses benefícios, basta citar o exem-

plo do setor de exportação, que, segundo estimativas, movimentava aproximadamente US\$ 500 milhões nos negócios por via aérea. Nos aeroportos, cobra-se uma taxa de 1,5% por 10 dias. No Porto Seco, o mesmo período custa 0,35% sobre o valor do produto armazenado.

O GDF desenvolveu um programa que vem a calhar para o Porto Seco: o Pró-DF Logístico, programa que estimula a implantação e o desenvolvimento do setor logístico no Centro-Oeste. Por meio dele, o governo deu um tratamento tributário especial para o setor de serviço de transporte de cargas, gerenciamento de estoques e distribuição de mercadorias. É um exemplo que merece ser seguido pelas demais Unidades Federativas.

O Porto Seco tem como principal foco os produtos de baixo peso e volume

Corumbá IV: garantia de água e energia

Um dos maiores compromissos do Governo do Distrito Federal é promover o desenvolvimento da região, mantendo a qualidade do meio ambiente e condições de vida dignas dos seus habitantes, fazendo cumprir um dos desejos do seu fundador, o presidente Juscelino Kubitschek, que defendia a promoção do Centro-Oeste como uma das suas metas prioritárias. Nesses 46 anos de existência, Brasília passou por imensas transformações e precisa estar preparada para o futuro.

E o futuro de Brasília passa pela Usina Hidrelétrica de Corumbá IV, que teve, este mês, as suas turbinas acionadas, com o objetivo de gerar energia elétrica e abastecer de água o Distrito Federal e Cidades do Entorno.

Corumbá IV vai garantir 15% do consumo de energia do DF, o equivalente a uma cidade com 250 mil habitantes. A energia proporcionará maior autonomia à capital federal, podendo garantir o abastecimento de setores estratégicos em casos de apagão ou racionamento. Já a barragem do lago que abastece Corumbá IV foi formada com 9 milhões de m³ de terra, sendo considerada uma das maiores do gênero no País. A área do lago, de 173 km², corresponde a cinco vezes o tamanho do Paranoá e nove vezes o volume de água, respectivamente. Com um sistema 100% informatizado, a casa de força contará, a partir de agora, com número reduzido de funcionários. São 14 trabalhadores, sendo dois engenheiros e 12 técnicos operadores das máquinas. Para fazer com que a usina funcione 24 horas por dia, eles se revezam em turnos de 12 horas, com um intervalo de 36 horas cada.

MEIO AMBIENTE—Num mundo em que a água e a energia estão cada dia mais escassas, quem antecipa os acontecimentos pode enfrentar esses problema em melhores condições. A questão ambiental no DF e Entorno foi tema de inúmeros debates nos últimos anos, por representantes do GDF, de ONGs, cientistas, professores e políticos, diante da possibilidade de, algum dia, faltar água nas residências ou de as cidades sofrerem o risco de apagões. A parceria do GDF com o

governo do Estado de Goiás para a construção de Corumbá IV — embora tenha sofrido resistências de determinados setores — foi feita com essa preocupação: antecipar os acontecimentos.

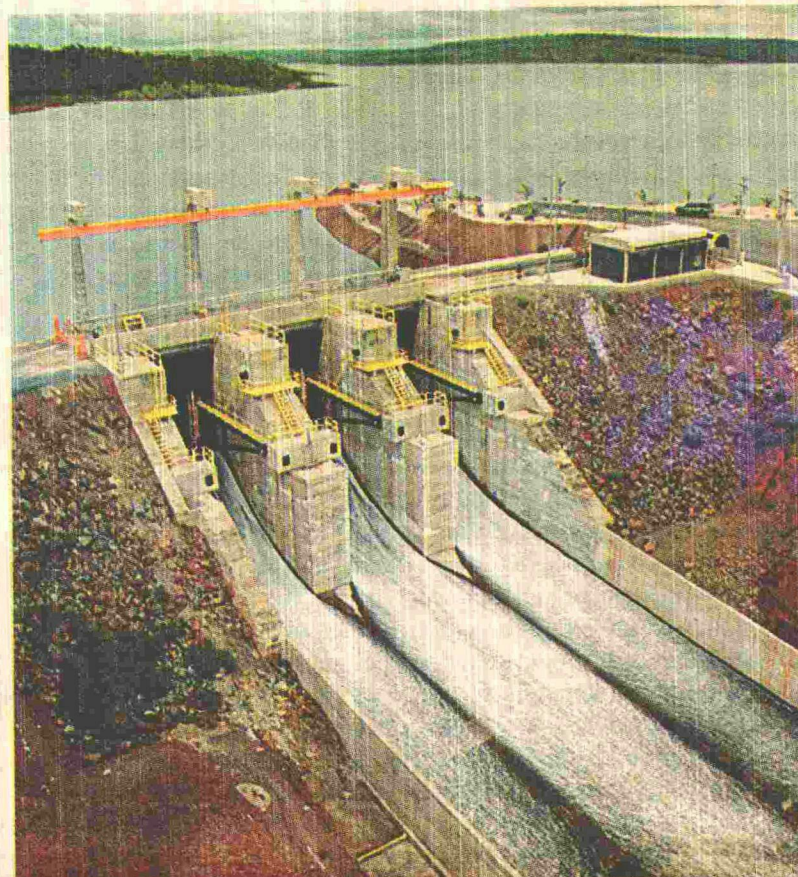
A construção da usina hidrelétrica não representou apenas o desvio de parte do Rio Corumbá, com o objetivo de gerar energia elétrica e abastecer cidades. Muito mais do que montes de concreto, terra, cabos e ferros, a obra vai modificar a vida de milhares de pessoas e a dinâmica de toda uma região sob todos os aspectos, causando uma transformação muito maior do que toda a magnitude de seus números. A formação do reservatório atingiu oito municípios goianos: Luziânia, Santo Antonio do Descoberto, Alexânia, Abadiânia, Corumbá de Goiás, Gamela, Silvânia e Novo Gama, além do Distrito Federal. Foram desapropriadas 623

propriedades, o equivalente a 27,5 mil hectares. Sessenta moradores tiveram de se mudar devido à chegada das águas e 15 receberam novas moradias construídas pela Corumbá Concessões. Para a rees-

truturação da região, foram reconstruídas 13 novas pontes. Mais de 300 km de estradas também foram necessários para reorganizar as áreas próximas às fazendas circunvizinhas, às rodovias municipais e estaduais. Para o acesso à usina, foi construída a Rodovia Lucena Roriz, com 27,2 km de asfalto. Quatro linhas de transmissão de energia elétrica pertencentes a Furnas também tiveram de ser realocadas.

EMPREGOS—A obra de Corumbá IV também trará desenvolvimento econômico para a região, com a geração de empregos por meio da exploração turística em potencial. Os municípios de Luziânia, Alexânia, Abadiânia, Silvânia, Santo Antônio do Descoberto e Corumbá de Goiás serão beneficiados diretamente.

Só no eixo Goiânia-Anápolis-Brasília são cerca de 3,5 milhões de habitantes. Segundo o diretor-presidente da Corumbá Concessões, Manuel Faustino, há um Plano de Uso do Entorno no Reservatório, que prevê ocupações comerciais, como hotéis e pousadas, residenciais e de entretenimento e lazer, como clubes, bares e restaurantes.



Corumbá IV vai garantir 15% do consumo de energia do Distrito Federal

ZEE organiza o processo de ocupação socioeconômica

Ainda neste mês de março, deverá surgir a Região Metropolitana do DF. Isso será possível a partir de acordo fechado entre o GDF e o Ministério do Meio Ambiente, que darão início ao Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE), segundo informações da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh).

O ZEE é um importante instrumento que o GDF, o setor produtivo e a sociedade vão dispor para organizar o processo de ocupação sócio-econômica do DF. O grande desafio é identificar e documentar, com ampla participação da sociedade, o potencial e a li-

mitação do uso sustentável dos recursos naturais de cada pedaço de terra. Entende-se por "desenvolvimento sustentável" o desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer o direito de uso dos recursos naturais pelas gerações futuras. O GDF pretende consolidar o ZEE como instrumento básico e referencial para o planejamento e gestão do processo de desenvolvimento, identificando a potencialidade de cada região e orientando os investimentos do governo para que sejam feitos de acordo com a vocação natural de cada sub-região.

Pró-Rural, um novo conceito agropecuário

Num raciocínio simplista, pode-se dizer que a agricultura é o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e, consequentemente, dos serviços de qualquer região do País. Partindo desse princípio, o GDF lançou o Pró-Rural, considerado uma eficaz estratégia de política agropecuária, oferecendo incentivos fiscais, administrativos e tecnológicos, bem como apoio de infra-estrutura e comercialização e capacitação de mão de obra.

Por meio do Pró-Rural, os mais modernos mecanismos do agronegócio estão ao alcance dos produtores rurais do DF, que abriga 15,5 mil propriedades rurais e gera aproximadamente 33 mil empregos diretos. Os benefícios do Pró-Rural acabam atraindo produtores de todo o País, interessados, sobretudo, no potencial consumidor de Brasília e dos municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (Ride).

De um total de 578,2 mil hectares, o DF tem uma área rural de 449,6 mil hectares sem ocupação urbana, sendo 386 mil hectares agricultáveis, 160 mil hectares de preservação ambiental e 248 mil hectares de área cultivada. O Produto Interno Bruto (PIB) do DF no agronegócio é de aproximadamente R\$ 500 milhões. Estatisticamente, o Pró-Rural trouxe para o DF uma nova base de sustentação, estrategicamente planejada, de forma a promover o desenvolvimento integrado de toda a região. Seus objetivos são o aumento da renda e a geração de empregos, por meio da implantação, modernização, ampliação e reativação de estabelecimentos produtivos, sempre em equilíbrio com a necessidade de preservação ambiental e a redução das diferenças econômicas e sociais.

Os benefícios aos produtores que participam do Pró-Rural ocorre de forma progressiva, conforme o ta-

manho do empreendimento, sua importância ecológica, capacidade de geração de empregos e caráter estratégico para a promoção do desenvolvimento sustentável.

SEMENTE DE SOJA – O Distrito Federal deu mais um passo firme, no sentido de consolidar sua vocação de indutor do desenvolvimento regional e nacional, ao transformar-se num pólo produtor e exportador de semente certificada de soja para as regiões Centro-Oeste e Norte e Nordeste.

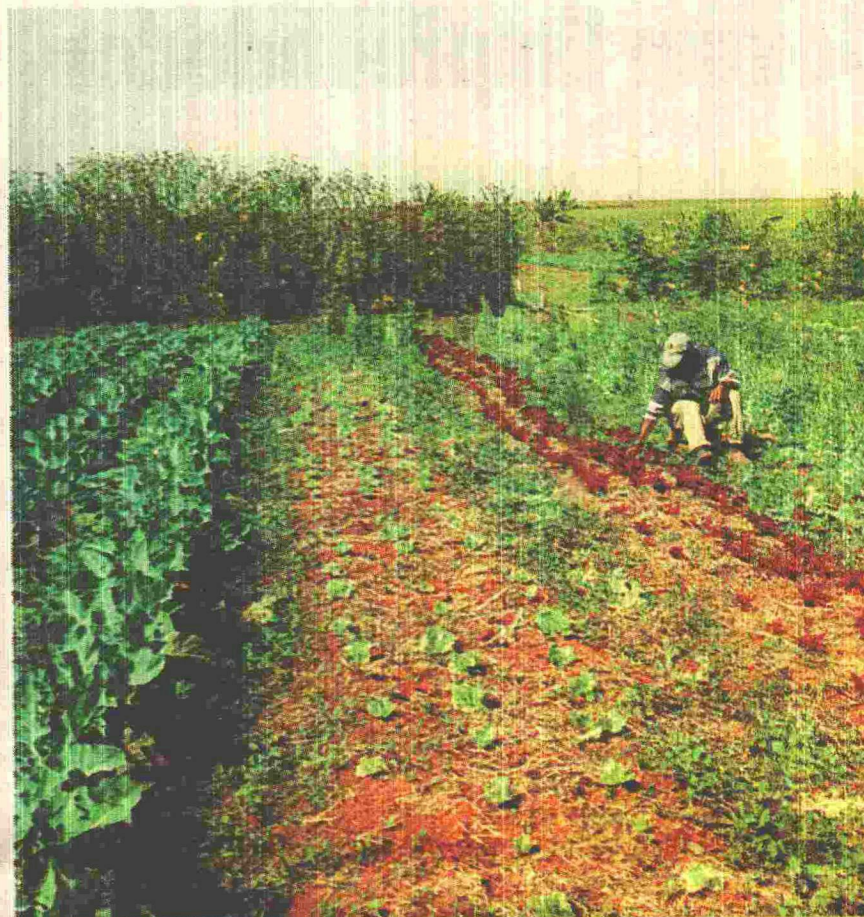
Com o objetivo de abastecer o mercado dessas regiões, a Pioneer, maior produtora de sementes do mundo, montou uma unidade pioneira de pesquisa e produção de sementes de soja no Núcleo Rural Santos Dumont, em Planaltina. Mais de 90% da pro-

O PIB do DF no agronegócio é de aproximadamente R\$ 500 milhões

dução se destina aos produtores do grão no Centro-Oeste e exporta sementes para outras regiões do País.

A empresa investiu US\$ 18 milhões nessa unidade, gerando, num primeiro momento, cerca de 700 empregos, sendo 150 diretos e 550 indiretos. Por meio de 71 produtores (cooperados e autônomos), a Pioneer prevê, em um ano, a produção de 1,3 milhão de sacas de semente de soja, de 40 quilos cada, atingindo um total de 52 mil toneladas do grão, plantado em 43 mil hectares.

A semente que será colhida pela Pioneer é suficiente para cultivar 1 milhão de hectares, com a produção de 3 milhões de toneladas de soja. A unidade central de pesquisa e produção ocupa área de cem hectares do Núcleo Rural Santos Dumont. Para instalá-la, a empresa recebeu incentivo do ICMS do Programa de Desenvolvimento Econômico do DF (Pró-DF).



O Distrito Federal tem aproximadamente 248 mil hectares de terra cultivada

Aqui se consome muito menos agrotóxico

Estudos recentes da Universidade de Brasília (UnB) mostram que no Distrito Federal, os alimentos consumidos possuem a mais baixa taxa de resíduos de agrotóxicos, do País, ficando dentro dos parâmetros permitidos pelas autoridades sanitárias.

A conclusão é do Laboratório de Toxicologia do curso de Farmácia da UnB, que realizou a pesquisa. O Núcleo de Apoio à Competitividade e Sustentabilidade da Agricultura (Nu-comp) da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária (FAV) da UnB também realiza pesquisas na área e chegou a conclusões semelhantes.

A pesquisa examinou de 1998 a

2003, 520 amostras de banana, laranja, morango, batata, morango, feijão, tomate e arroz, recolhidas do comércio de Brasília. As análises foram realizadas no Laboratório Central da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (Lacen-DF). Do total analisado, apenas 6% apresentaram resíduos acima dos parâmetros definidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

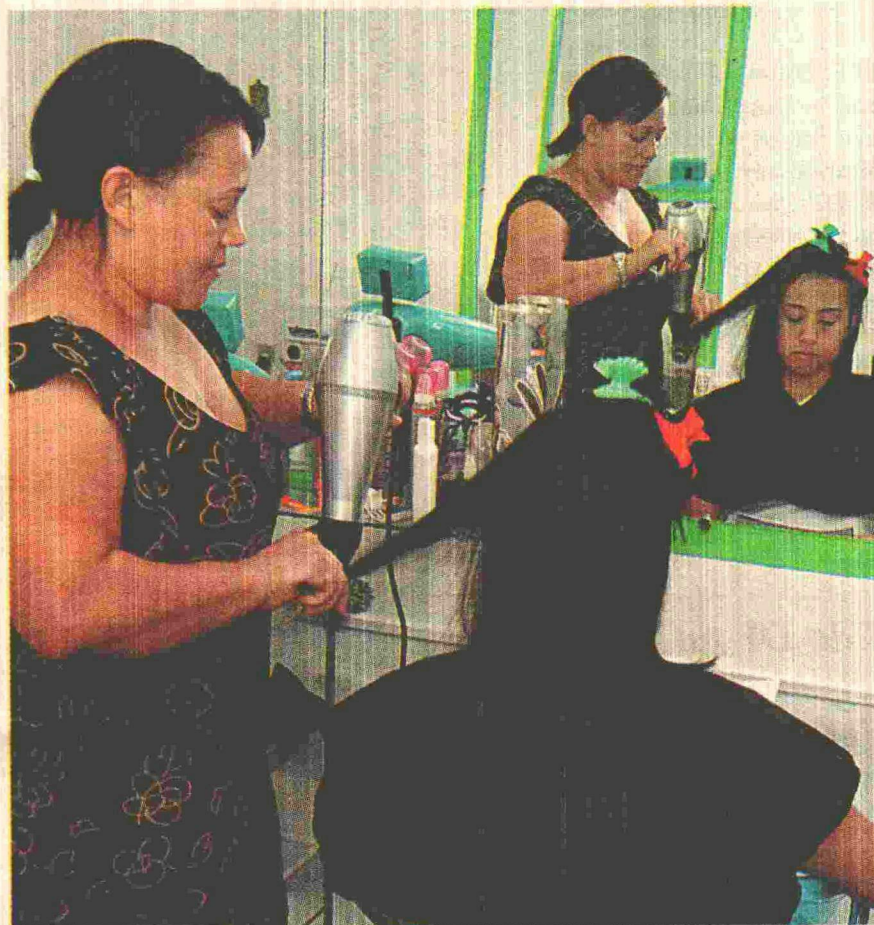
Por outro lado, um estudo de avaliação de risco indica que os índices não significam riscos para o consumidor brasileiro. Os agrotóxicos, se usados corretamente, servem para proteger os alimentos de fungos e de pragas.

DF é pioneiro no Projeto Jovem Empreendedor

É do Distrito Federal o primeiro empreendimento do País financiado pelo Programa Jovem Empreendedor, do Ministério do Trabalho e Emprego, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Na primeira semana de fevereiro, representantes do MTE e do Sebrae fizeram uma visita técnica ao salão de beleza Charme, na Vila dos Buritis, na cidade de Planaltina, pertencente a Janaina Campos, 19 anos, que se inscreveu no Jovem Empreendedor e recebeu um financiamento de R\$ 11 mil. Com o dinheiro, Janaina pôde providenciar a compra de equipamentos e adequações estruturais de um espaço comercial e demais despesas indispensáveis como tirar toda a documentação necessária à regularização do negócio.

No total, o FAT liberou R\$ 100 milhões para o projeto, que pretende estimular, em todo o País, a criação de pequenos negócios entre os jovens, com idade de 16 a 24 anos. Serão liberadas três faixas de empréstimo, dependendo do projeto: até R\$ 10 mil (autoemprego), até R\$ 50 mil (para micro e pequenas empresas) e até R\$ 100 mil (associações e cooperativas). Poderão participar do projeto somente jovens desempregados, integrantes de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo e que estejam cursando os ensinos Fundamental ou Médio. Para participar, é preciso se inscrever nos postos do Sebrae, que será responsável pela capacitação e orientação técnica dos jovens. O "Jovem Empreendedor" – que faz parte do programa Primeiro Emprego – tem como objetivo qualificar jovens para ampliar a inclusão social e reduzir a pobreza. Pelas estimativas do governo, o projeto deverá beneficiar 16 mil jovens no primeiro ano de atuação.

Janaina Campos já se considera uma mulher de negócios. E avisa para os candidatos a empresário que é preciso muito perseverança para enfrentar todos os trâmites burocráticos fiscais, contábeis e financeiros. Mas, segundo ela, que está envolvida com o Jovem Empreendedor



Com o financiamento, a chance de dar certo é maior

Serão liberadas

3

faixas de empréstimo

No total, o FAT liberou

R\$ 100 milhões

para o projeto

desde 2004, toda a espera e preparação inicial valeram a pena. A coordenadora-geral de Empreendedorismo Juvenil do MTE, Roziney Alencar Melo, avalia que toda energia gasta com a preparação dos documentos e capacitação para os negócios não devem desanimar os jovens.

Janaina Campos, pioneira nesse tipo de empreendimento – agora dona de um salão de beleza com dois funcionários – está apostando em serviços diferenciados para atrair clientes. Já na primeira semana de

funcionamento, ofereceu a possibilidade de pagamento por débito automático na conta corrente ou cartão de crédito, prática ainda restrita neste ramo, na cidade onde mora. Outro diferencial é o atendimento aos domingos para quem trabalha até tarde, inclusive nos sábados. Ela tem plena consciência de que – além de perseverança e capacitação para fazer jus a um financiamento público – é preciso estar preparada para enfrentar o mercado de trabalho com muito empenho e determinação.

Qualidade, uma ferramenta para o desenvolvimento

O Programa Qualidade Distrito Federal (PQDF) é uma parceria entre a Agência de Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior do DF (Adecex), o Movimento Brasil Competitivo (MBC) e Sebrae-DF, com apoio da CDL, Fibra (Federação das Indústrias de Brasília), Sindicato Rural do Distrito Federal, Federação do Comércio do Distrito Federal e Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal. O objetivo é estimular e aprimorar a qualidade das empresas, estimulando a competitividade.

Em 2005, oito empresas receberam o Prêmio PQDF, fazendo jus ao troféu Dois Candangos. São elas: Caesb, Rexam Beverage, Brasal Hotéis, Turismo Paulo Octavio Hotéis, Brasal Refrigerantes, Hospital Anchieta, Furnas e Laboratório Sabin. A meta é transformar o Distrito Federal em uma referência nacional na obtenção de resultados por meio de métodos de gestão pela qualidade. Segundo Luis Fernando da Costa Silva, coordenador-executivo do PQDF, "a implantação do programa está mobilizando empresários, empreendedores, instituições públicas e privadas. Trata-se de uma filosofia que deve ser incentivada no DF. A idéia é que Brasília seja, como é em diversos setores, um pólo de excelência naquilo que produz", ressalta.

A Implantação do Programa de Qualidade do Distrito Federal faz parte do projeto Rede de Cooperação Brasil +, e prevê a criação e fortalecimento de programas estaduais de qualidade e produtividade em todas unidades da Federação, assim como a implantação de premiação para reconhecimentos regionais de micro e pequenas empresas nos estados em que ainda não têm prêmios estruturados.

Varejo planeja-se para o futuro

O varejo quer trabalhar para um futuro melhor. Representado pela Federação do Comércio, Câmara dos Dirigentes Lojistas e Sebrae-DF, o segmento mobilizou dezenas de empresários, autoridades, técnicos e especialistas para fazer uma reflexão conjunta sobre o futuro do varejo no Distrito Federal. O resultado do trabalho acabou transformado em livro, intitulado "O Futuro do varejo no Distrito Federal", uma tendência das perspectivas entre os anos de 2006 e 2010. O livro foi organizado por Alexandre Ayres, Bruno Jorge Soares, Elaine Coutinho Marcial e Maria José de Oliveira Ayres.

Foram identificadas várias tendências relacionadas ao mercado de consumo, todas de grande impacto sobre o desenvolvimento do varejo e cuja perspectiva de direção é – na avaliação desse grupo de trabalho – suficientemente clara para admitir uma evolução contínua.

O dinamismo da atividade comercial é impressionante. Segundo dados do Cadastro Central de Empresas, levantados pelo IBGE, em 1996 havia 22 mil empresas varejistas em atuação no DF. O mesmo estudo, realizado em 2000, constatou a atividade de 3,9 mil empresas varejistas na cidade. Ou seja, um crescimento de 45%, em apenas quatro anos.

Observa-se, ainda, que a estabilidade econômica, aliada à proliferação de marcas e ao aumento da qualidade dos produtos, trouxe como consequência um consumidor cada dia mais exigente. No livro "O Futuro do varejo no Distrito Federal", o futuro desejado pelos empresários combina com o estímulo ao aperfeiçoamento da gestão empresarial no comércio, por meio da capacitação e da incorporação de tecnologia, com um acelerado processo de promoção da renda da população, incentivando, desta forma, o desenvolvimento das atividades privadas.

"O varejo confia na capacidade de toda a sociedade para vencer os desafios propostos para 2010. É uma tarefa de todos. Exige alianças, parcerias, foco e energia", conclui o documento.

Em apenas quatro anos, o setor varejista teve um crescimento de 45%



A proliferação de marcas e o aumento da qualidade dos produtos teve como consequência um consumidor mais exigente

Educação no DF começa aos seis anos de idade

O DF é uma das primeiras unidades da federação a implantar o Ensino Fundamental de nove anos. O projeto Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), implantado pela Secretaria de Educação, garante a qualidade e o crescimento do ensino público destinado à população local. De acordo com a Instituição, todas as crianças na faixa etária de 6 anos têm vaga garantida nas escolas da rede oficial de ensino.

Para atender aos eixos previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – acesso, permanência e qualidade do ensino – a Secretaria de Educação adotou medidas a partir de 1999, visando atender crianças na faixa etária de 5 anos e meio e 6. Graças ao programa 'Quanto mais cedo melhor', a Educação Infantil passou a ser contemplada desde 2000.

A mudança do ensino fundamental de 8 para 9 anos implica no processo integrado de gerenciamento. Por isso, segundo a Secretaria de Educação, a questão da estrutura, número de vagas e quadro de funcionários nas unidades de ensino será um dos aspectos importantes para os resultados do projeto.

No DF, o Ensino Fundamental de nove anos foi instituído em novembro de 2004 pela Lei Distrital 3.483. Com a regulamentação da Lei, em março de 2005, o Sistema Público de Ensino passou a adequar-se gradativamente às normas fixadas pela legislação.

Para atender às determinações legais, a Secretaria de Educação implantou, em fevereiro de 2005, o BIA em 52 escolas da Ceilândia, como projeto piloto. A iniciativa possibilitou a crianças de 6 anos de idade

ingresso no Ensino Fundamental, ampliando essa modalidade de oito para nove anos de duração. Na prática, significa deslocar os alunos na faixa de 6 anos da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Este ano está prevista a ampliação do BIA para as escolas de Taguatinga.

A implantação do projeto de nove anos já foi possível porque a administração pública teve a sensibilidade de antecipar as necessidades dos alunos. Neste sentido, a Secretaria de Educação sempre teve o cuidado de desenvolver projetos experimentais, em determinados educandários, para aferir todas as suas necessidades. Só depois desse rigoroso processo de avaliação e com resultados positivos é que as experiências são implantadas em toda a rede de ensino.



O comércio foi uma das áreas que sentiram a queda no número de falências

Estímulo à formalização reduz número de falências no DF

Uma boa notícia para a economia do Distrito Federal. O número de pedidos de falências caiu 42,3% em 2005, se comparado com 2004. Segundo dados da Vara de Registros Públicos de Falências e Concordatas do DF, levantados pela Fibra, no ano passado foram registradas 120 solicitações formais, contra 208 contabilizadas em 2003. A expressiva redução na quantidade de pedidos de falências é atribuída a dois aspectos: maior qualificação das empresas brasilienses e melhoria do ambiente econômico para a realização de negócios na capital federal.

Um dos motivos apontados para a queda é a adoção do Simples Candango e sua ampliação. Desde janeiro, estão em vigor as novas regras para o Simples, com a expectativa de que mais empresários passem a pagar o imposto reduzido. Só no Distrito Federal, 24 mil empresas devem

ser beneficiadas. O teto para a inclusão no Simples aumentou de R\$ 120 mil para R\$ 240 mil por ano, no caso das microempresas. Já em relação às pequenas empresas, o valor passou de R\$ 1,2 milhão para R\$ 2,4 milhões por ano. Os níveis também mudaram. Antes, existiam 12 alíquotas diferentes. A partir de agora, são 22. O valor varia de 3% a 12,6%, dependendo do tamanho e da arrecadação da empresa. A redução é significativa para as empresas que se enquadram na faixa. Um empresário do setor de vestuário que fature R\$ 500 mil anuais, por exemplo,

pagava 9% de impostos atualmente. Com o sistema, esse mesmo empresário paga 4%. O Simples Candango incide sobre os impostos que são cobrados diretamente

pelo Distrito Federal: ICMS e ISS. Os demais impostos são pagos diretamente a União.

Teoricamente, a Secretaria de Fazenda pode ter uma renúncia fiscal de até R\$ 120 milhões por ano com a ampliação do teto. No entanto, a secretaria da

Fazenda viu que isso não aconteceu na prática. Mais pessoas saíram da ilegalidade e começaram a pagar impostos. O valor a ser arrecadado podia parecer ini-

O que são ADEs

Criadas a partir de uma parceria do GDF com o Sebrae, as Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs) têm como público alvo as micro e pequenas empresas dos setores do comércio, indústria e serviços, inseridas nas Áreas de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal. A partir dessa parceria, serão realizadas pesquisas das atividades econômicas desses núcleos, abrindo caminho para o acesso a informações tecnológicas, gerenciais e de mercado e fortalecendo os empreendimentos.

O investimento é de R\$ 3 milhões (R\$ 800 mil do GDF e R\$ 2,2 milhões do Sebrae) e, em 2005, atendeu cerca de quatro mil empresários. Com a implantação do projeto, todos saíram ganhando, porque o convênio funciona como uma pirâmide: o empresário recebe o benefício e gera emprego e riqueza, melhorando a qualidade de vida da população.

Para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, as ações estão fortalecendo os núcleos empresariais dos setores da indústria, comércio e serviços destas áreas mudando o índice de mortalidade das empresas, que, até o ano passado, era de 70%, no terceiro ano de vida.

Cerca de
97%
das pequenas empresas no DF são
informais e empregam mais de
138 mil
pessoas

cialmente menor, mas com o aumento no volume de pessoas pagando impostos o valor da arrecadação pôde crescer.

REDUÇÃO DA INFORMALIDADE - Cerca de 97% das pequenas empresas no DF são informais e empregam mais de 138 mil pessoas. Os dados divulgados pelo IBGE mostram que a média nacional é de 98%. Segundo o estudo, em outubro de 2003 o DF possuía mais de 98 mil pequenas empresas, sendo que 95 mil eram informais. Lideravam o ranking os setores da Construção Civil (99,7%), Indústria de Transformação e Extrativa (98,5%) e Comércio e Reparação (96,04%). A redução da carga tributária também colabora na redução desse índice. A informalidade promove ainda o fechamento de empresas formais, incentivando o crime organizado, a lavagem de dinheiro e a evasão fiscal.

Funger: para impulsionar a carreira profissional

O grande desafio dos gestores públicos, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, é criar uma política global de promoção do desenvolvimento econômico e social, orientada para a geração de emprego e renda para setores sociais de baixa renda, invariavelmente marginalizados do núcleo central do processo produtivo da economia. Partindo desse princípio, o GDF criou, no começo do ano passado, o Fundo de Geração de Emprego e Renda (Funger), que chegou ao final de 2005 beneficiando mais de 3,4 mil empreendedores do Distrito Federal, com um total de R\$ 22,758 milhões em empréstimos consignados.

O Funger, até 2005, beneficiou mais de 3,4 mil empreendedores do Distrito Federal

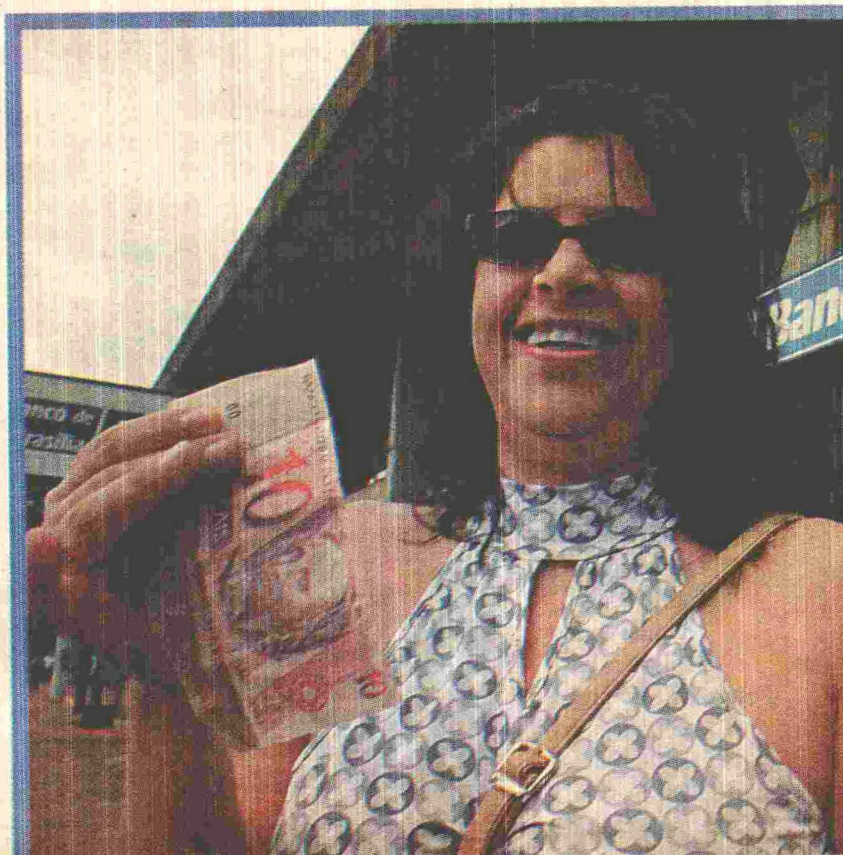
O programa, que teve início em 2005, beneficia não só o empreendedor que recebe o recurso, mas também uma média de mais três pessoas com ocupações diretas. A previsão para 2006 é de que sejam emprestados aproximadamente R\$ 40 milhões, para mais de 6 mil empreendedores, abrindo, conseqüentemente, cerca de 20 mil postos de trabalho.

Prioritariamente, o Funger tem como objetivo financiar jovens recém-formados, pequenos empresários e cooperativas. São recursos disponíveis a juros baixos, para a formação de capital de giro, custeio de produção e investimento empresarial, que

estão estimulando a criação de novos empregos no DF. O Funger substituiu o Fundo de Solidariedade para a Geração de Emprego e Renda (Funsol), criado em agosto de 1995.

Esse novo projeto de incentivo apresenta várias novidades em relação ao anterior. A primeira é o aumento do limite de crédito, que era de R\$ 10 mil. Agora os empréstimos variam de R\$ 50 a R\$ 50 mil, de acordo com o perfil do empreendedor. Para pessoas físicas, o limite continua o mesmo (R\$ 10 mil). Já as microempresas podem sacar até R\$ 20 mil. As cooperativas têm aval da Secretaria de Trabalho para sacar o valor máximo. Outra novidade é a possibilidade de empréstimo ao jovem que acabou de terminar os estudos. Ele não precisará comprovar experiência na área para receber o financiamento. Assim poderá pôr em prática o que acabou de aprender e gerar novos empregos no futuro.

Os interessados deverão procurar a Agência do Trabalhador mais próxima de sua residência, com os seguintes documentos: CPF e RG, se casado. CPF e RG do cônjuge, para pessoas físicas. Contrato Social e CPNJ, CPF e RG do proprietário e dos sócios, entre outros, para pessoa jurídica. As inscrições serão analisadas pelo Comitê de Crédito do Fundo.



Motivo para comemorar

Há quatro anos, a costureira Maria Eugênia de Souza conseguiu montar seu ateliê graças ao Fundo de Geração de Emprego e Renda (Funger). Realizou o quarto e último financiamento este mês. Com R\$ 10 mil, valor total dos empréstimos, conseguiu comprar máquinas de costura, tecidos e contratar um funcionário. "O Funger está me ajudando muito, minha empresa está crescendo. Os juros são baixos e tenho tranquilidade para pagar. O atendimento é bom, sem burocracia. Sem dúvida, foi a melhor opção", comemora a costureira.

Renda Universidade, um novo modelo

Também voltado para a formação e qualificação de jovens, o GDF lançou o Programa Renda Universidade, criado pela Secretaria de Gestão Administrativa (SGA). O programa concede bolsas de estudo para os estudantes e estes devolvem o investimento à comunidade, prestando serviço e atuando em sua área de formação. A prio-

ridade é beneficiar quem tem menor renda, mas também são consideradas outras situações especiais, como ser egresso de escola pública, ser o primeiro curso superior do candidato, dentre outras. 5% das bolsas de estudos são reservadas aos estudantes universitários moradores da área rural que atendam aos requisitos.

O programa concede bolsas no valor correspondente a 50% da mensalidade. O limite máximo mensal é de R\$ 400 para cada beneficiário. A bolsa é concedida, semestral ou anualmente, conforme a organização do curso, e pode ser renovada sempre por igual período, mediante a reavaliação da situação econômica, aproveitamento es-

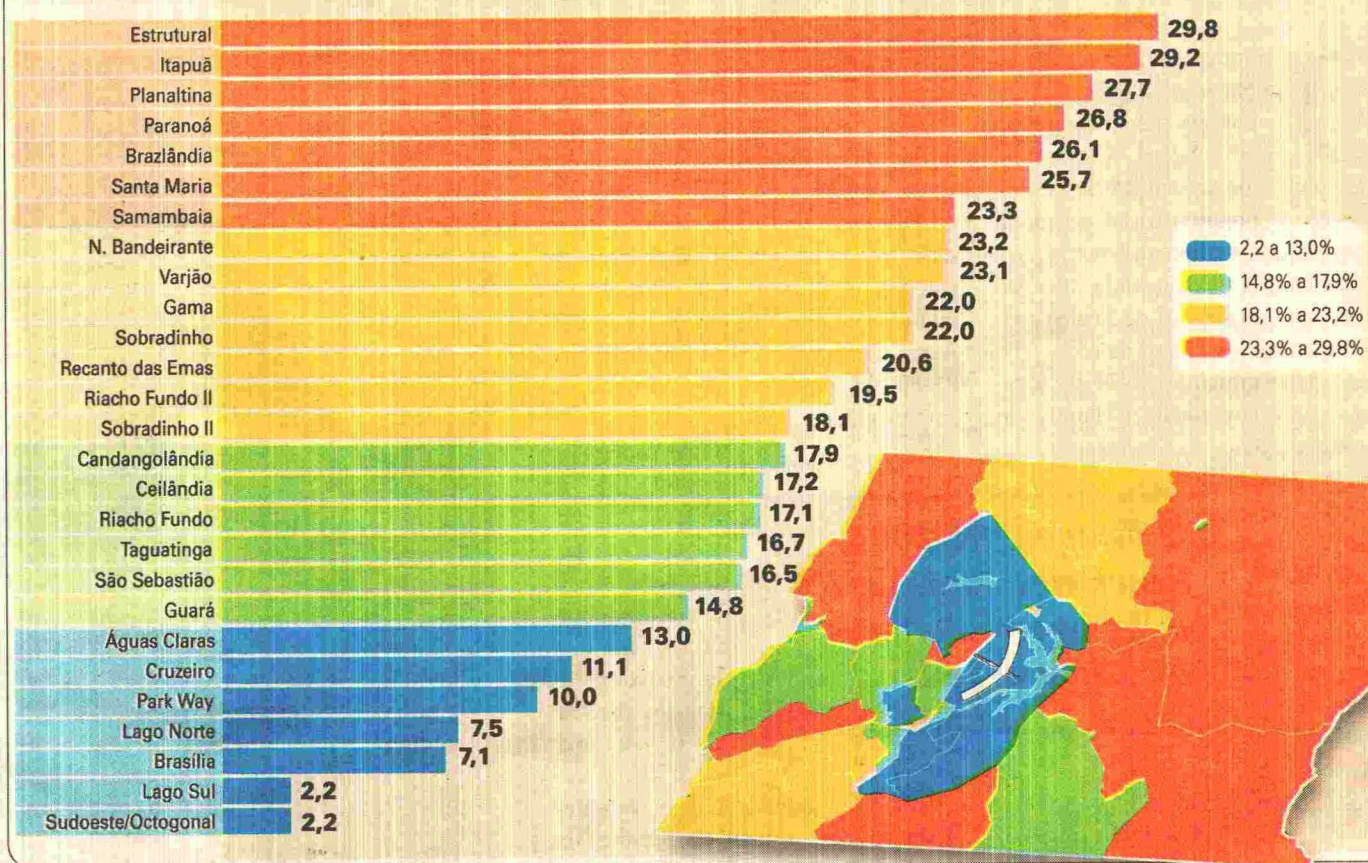
colar e assiduidade do aluno beneficiário.

No ano passado, a Secretaria já havia destinado 6% das vagas aos portadores de necessidades especiais. A SGA, contudo, ainda espera que a Procuradoria-Geral do DF se posicione sobre o assunto, já que a dúvida do órgão é em relação ao percentual a ser empregado.

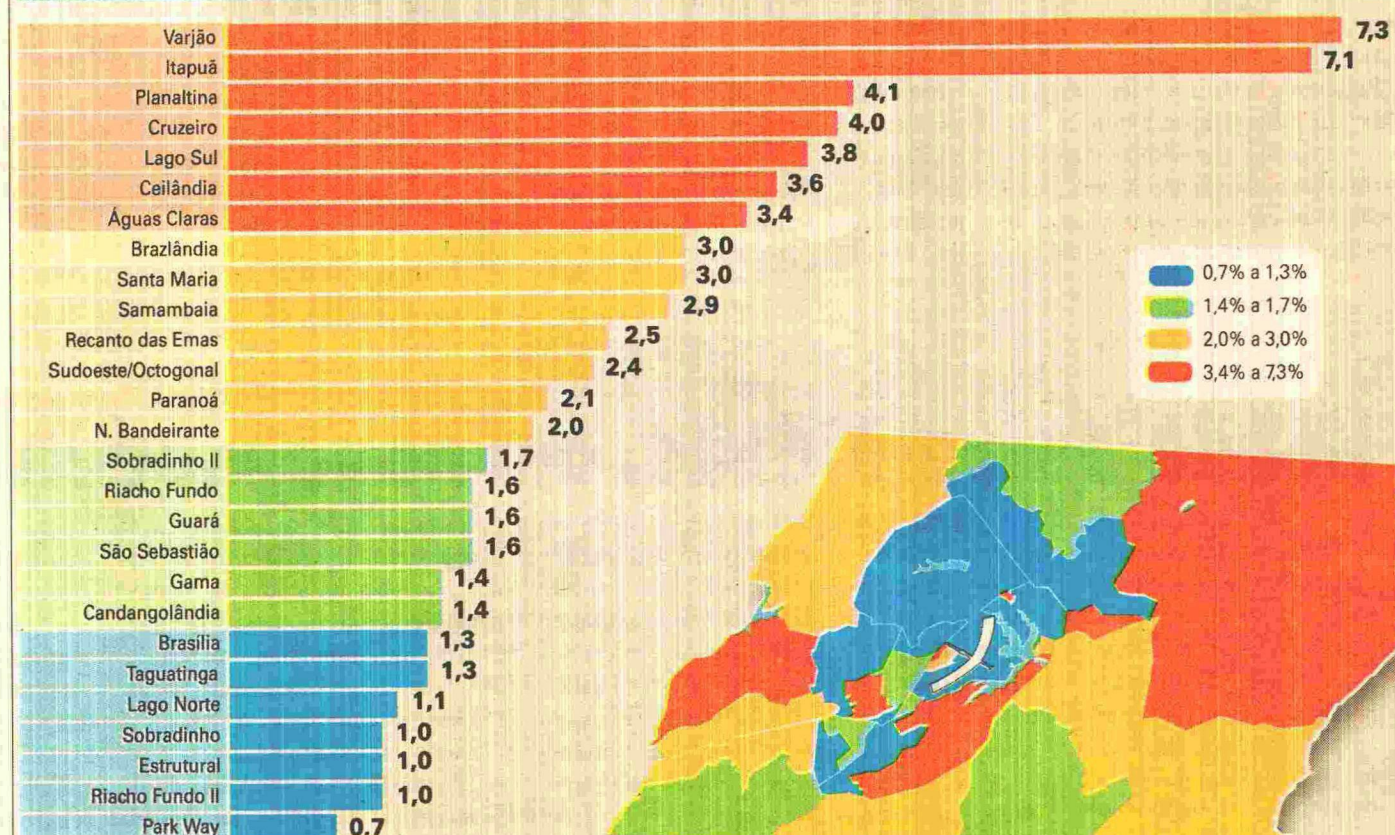
Indicadores mostram que é melhor viver em Brasília

Alguns indicadores atestam a condição privilegiada para quem mora no Distrito Federal, a começar pelo maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País, que justifica a maior renda per capita do País. Em 2005, aumentou o número de pessoas empregadas no Distrito Federal, segundo dados divulgados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF), com a abertura de mais de um milhão de postos de trabalho. A capital do País se destaca também pela qualidade do ensino público e o nível de alfabetização, como mostram os gráficos ao lado.

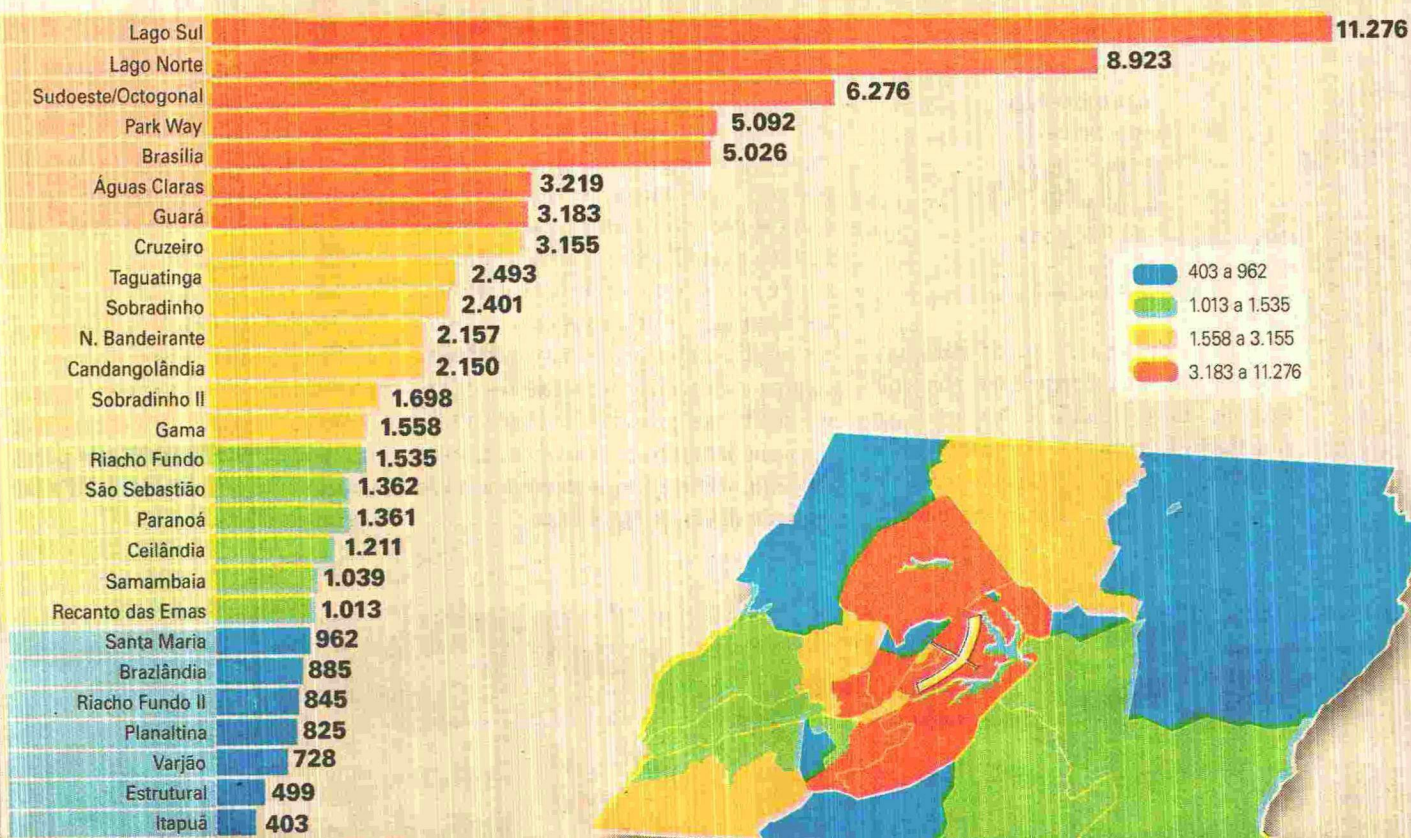
Percentual da taxa de desemprego



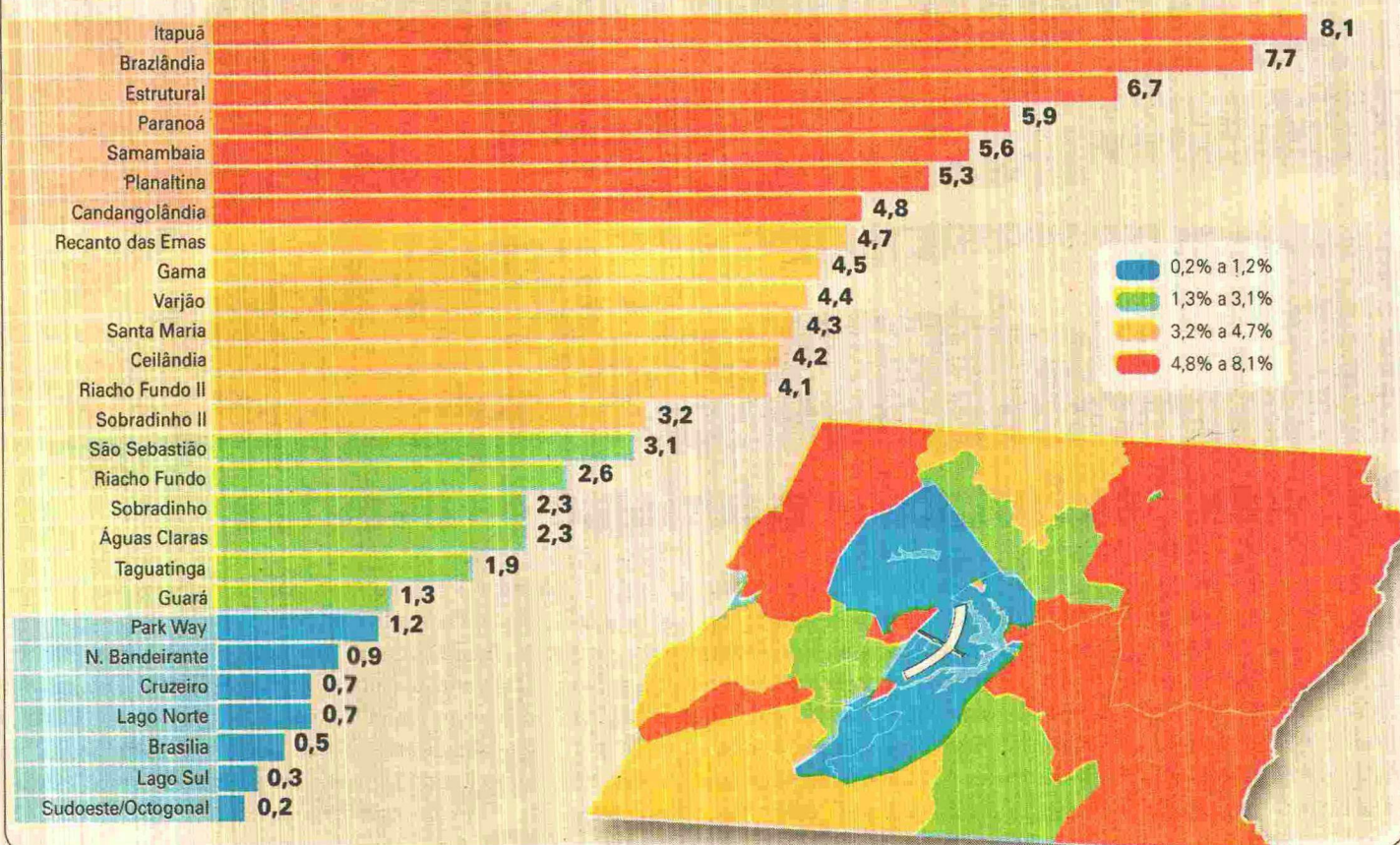
Percentual de crianças com 7 a 14 anos de idade fora da escola



Distribuição da renda domiciliar (Em R\$)



Percentual da população analfabeta (15 anos ou mais)



Um milhão de turistas em 2005

Em 2005, o Distrito Federal recebeu aproximadamente 1 milhão de turistas, segundo dados da Secretaria de Turismo. São números extraordinários, considerando-se que a indústria do turismo é de grande importância econômica e social na economia mundial. Segundo os números do "World Travel & Tourism Council", o turismo é responsável por cerca de 10,4% do PIB global, criando perto de 8% de empregos em nível mundial, e respondendo por 12% das exportações globais. Esses números mostram a importância da indústria de turismo na geração de empregos e de exportações.

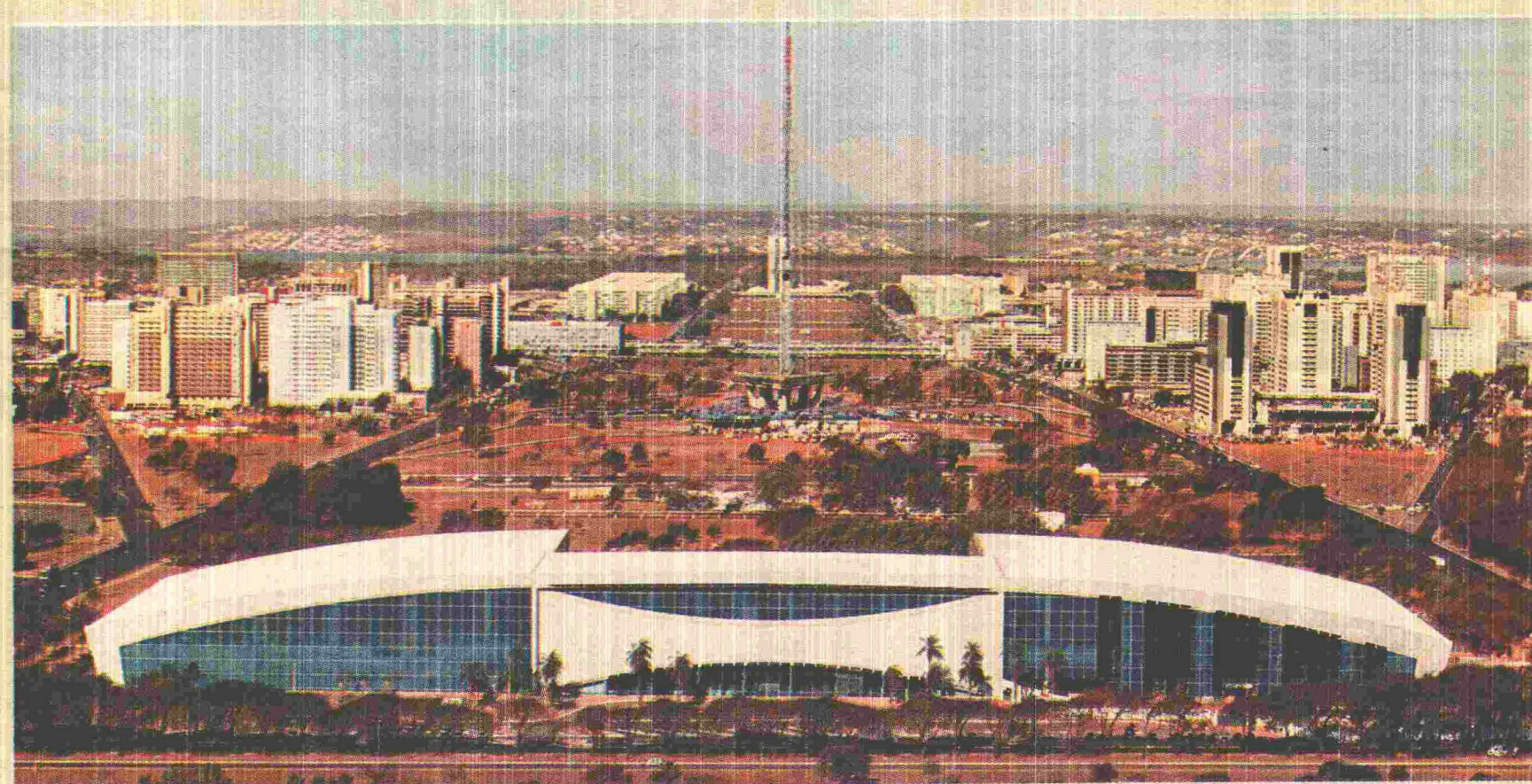
O turismo
é responsável
por cerca de

10,4%
do PIB global

Apesar de ter sido criada para funcionar como uma cidade eminentemente administrativa, Brasília já desponta com um fluxo de visitantes que procuram a cidade com fins especificamente turísticos (veja quadro nesta página). Segundo a

Secretaria Estadual de Turismo, 60,12 % dos visitantes brasileiros vêm ao DF para conhecer a cidade, contra 54,2% que desembarcam por aqui para fazer negócios. A riqueza gerada pelas múltiplas atividades não tem mais limites, as fronteiras geográficas não mais existem, nem o tempo importa mais. O que se observa do turismo atual é a existência de uma rica e grandiosa indústria que se relaciona com todos os setores da economia mundial e que deverá continuar atendendo aos interesses da humanidade nos próximos milênios. O turismo moderno não precisa ter um conceito absoluto, mas importa no conhecimento do mercado dinâmico que integra.

Dentro dessa filosofia, foi criada a Agência de Desenvolvimento do Turismo da Macrorregião Centro-Oeste, que inclui os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal. Formada por representantes de instituições públicas e privadas, a Agência tem como um dos seus objetivos a definição da agenda e o plano de organização, estruturação, formalização dos aspectos legais e administrativos e os projetos estratégicos da macrorregião. Certamente, um instrumento muito importante para o fortalecimento do turismo no DF e em todo o Centro-Oeste.



Centro de Convenções fortalece o turismo de eventos

As características de Brasília, como centro das decisões políticas e administrativas do País, é um impulso extraordinário para o chamado "turismo de eventos", principalmente depois que o GDF teve a sensibilidade de construir o novo e moderno Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Inaugurado em 2005 com o mega evento Cúpula América do Sul-Países Árabes, colocou definitivamente a capital do País no circuito dos grandes

eventos e feiras nacionais e internacionais.

O Centro de Convenções tem 54 mil metros quadrados, com capacidade para receber mais de nove mil pessoas ao mesmo tempo, mais que o Anhembi, em São Paulo e o Rio Centro, no Rio de Janeiro. Além da Cúpula América do Sul-Países Árabes, evento elogiado por todos os chefes de Estado que participaram do evento, abrigou, ainda em 2005, 27 congressos, convenções,

simpósios e encontros, com um público total de aproximadamente 100 mil pessoas.

Em 2006, de acordo com a previsão, serão realizados 67 grandes eventos no Centro de Convenções, cada um deles com um público estimado de três mil pessoas, o que significará, ao final deste ano, mais de 200 mil visitantes no DF, com uma permanência média de três noites e um gasto diário de R\$ 330.

2005 foi "um ano perfeito" para o emprego

Em 2005, aumentou o número de pessoas empregadas no Distrito Federal, segundo dados divulgados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF), que atesta mensalmente o quadro local sobre emprego, desemprego e rendimentos da População Economicamente Ativa (PEA). Pelo nono mês consecutivo, o nível ocupacional mostra crescimento na região. A taxa de emprego cresceu 1,2% e a de desemprego caiu 3,3%, atingindo assim a menor taxa de desemprego desde fevereiro de 1997.

Só em dezembro de 2005, o mercado de trabalho brasileiro empregou 11,9 mil pessoas, o maior saldo já verificado para o período em toda a série histórica da PED-DF. Por esse motivo, a Secretaria Estadual do Trabalho considera que o ano de 2005 "foi perfeito". O Governo do Distrito Federal (GDF) estimava a marca de 1 milhão de trabalhadores no DF, mas ultrapassou essa meta em mais de 12 mil pessoas no ano passado. No mês de dezembro, os novos postos de trabalho, vindo de administração pública, comércio e novas empresas implantadas no DF, possibilitou em reduzir o desemprego em 6,7 mil pessoas. Este é o menor índice de desemprego dos últimos 9 anos.

Oportunidades—No ano passado, todas as regiões administrativas tiveram aumento no número de ocupados. Esse crescimento expressivo de ocupações nas áreas de renda mais baixa é resultado das ações de governo em ampliar ao máximo as oportunidades às populações mais carentes, beneficiárias dos programas sociais do GDF, com destaque para o Fundo de Geração de Emprego e Renda (Funger).

O bom desempenho de nível ocupacional só não foi ainda melhor, em virtude da redução ocorrida no rendimento médio dos trabalhadores, nos percentuais de -1,7% para os ocupados e de -1,1% para os assalariados. Mesmo assim, os valores médios de renda do DF são os mais elevados do País, de R\$ 1.280 e R\$ 1.463.

Há de se destacar ainda que nenhum outro estado do País apresentou, em 2005, números semelhantes ao do Distrito Federal, que continua sendo o primeiro na qualidade de vida, na renda per capita e no número de empregados.



A renda no DF ainda é a mais elevada do País, reflexo da qualidade de vida da população, do nível de emprego e de salários

Tudo passa por uma boa gestão

O projeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que traz inovações importantes para facilitar a integração ao regime formal de milhões de trabalhadores que não têm carteira assinada, está entre as prioridades da Câmara dos Deputados para este ano. É possível que o projeto seja votado ainda este mês, segundo previsão do presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo.

O projeto estava na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional, mas não chegou a ser votado, sendo aberto apenas o processo de discussão.

Questionado, Rebelo explicou que, pela importância e a própria abrangência, o projeto trata de temas polêmicos que requerem discussões e negociações, incluindo incentivos na área trabalhista.

O presidente da Câmara disse que o projeto da Lei Geral "teve, tem e terá o seu empenho". Ele ainda ressaltou o papel do Sebrae "na discussão e na preparação do projeto, juntamente com os deputados da Comissão Especial da Microempresa".

UM EXEMPLO—A Comercial Industrial do Planalto é uma

pequena indústria de armários para quarto e cozinha, do Distrito Federal. Atualmente tem 35 empregados e a produção média de armários caiu para 300 metros cúbicos. Há cerca de dois anos a empresa produzia mais: tinha 60 empregados e chegou a produzir entre 400 a 500 metros cúbicos de armário ao mês.

Os números são citados pelo proprietário, Cláudio da Costa Vargas, para exemplificar as dificuldades enfrentadas e da esperança que deposita na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas para retomar o crescimento da empresa. Segundo ele, se o projeto da Lei for aprovado, mantendo as garantias previstas para o segmento, "será um novo ponto de partida para as micro e pequenas empresas do País".

Entre as vantagens do projeto da Lei, o empresário cita a desburocratização, como do registro da empresa e da arrecadação tributária, e a criação do Simples Nacional que assegura, por exemplo, teto da receita bruta anual das empresas de até R\$ 2,4 milhões para inclusão no Sistema, conforme já estabelecido na Medida Provisória 275/05 e negociado entre parlamentares e governo.

Em busca da qualificação profissional

Num mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente, a qualificação profissional torna-se muito mais que uma necessidade. Em um país de dimensões continentais e com enormes desigualdades e carências como o Brasil, a qualificação profissional é uma condição indispensável em todos os segmentos produtivos.

Numa parceria do Governo do Distrito Federal com o Serviço Nacional da Indústria (Senai), estão em andamento 14 cursos de qualificação, beneficiando 1.181 trabalhadores, com duração de 90 dias. As despesas são custeadas com recursos do Ministério do Trabalho e do GDF, estimadas em R\$ 602 mil. Os alunos estão distribuídos em 55 turmas, nas escolas do Senai, em Taguatinga, Sobradinho, Plano Piloto, Gama e Setor de Indústria e de Abastecimento.

Para a definição dos cursos, o Senai baseou-se na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo Dieese, com destaque para as cadeiras de operador de microcomputador, telemarketing, caixa de loja e de supermercado, esteticista facial, recepcionista de eventos, auxiliar de escritório, corte e costura, eletricista de automóveis e instalador de som e de alarme. Estudos recentes mostraram que, nessas áreas, havia carências de mão-de-obra no mercado de trabalho do Distrito Federal.

Na primeira semana de fevereiro, representantes da Secretaria do Trabalho visitaram as turmas de qualificação profissional do Senai de Taguatinga, marcando para a segunda quinzena de março a entrega dos diplomas.

**Estão em andamento
14 cursos de
qualificação com
1.181 trabalhadores**



Investimentos em qualificação profissional têm como resultado o aprimoramento do trabalhador e melhoria nos salários

DF é o terceiro lugar no ranking de competitividade nacional

A mão-de-obra brasileira é a mais qualificada do País, segundo pesquisa do Movimento Brasil Competitivo (MBC), divulgada no dia 08 de março. E é o fator determinante no posicionamento do Distrito Federal em terceiro lugar no ranking da competitividade nacional, onde foram avaliadas as 27 unidades da Federação. Isso coloca a produtividade da economia brasileira em lugar de destaque, perdendo apenas para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O estudo, inédito no País, foi elaborado para indicar os principais fatores que definem a competitividade dos estados brasileiros, e serve de bússola para quem está interessado em fazer novos investimentos. Além disso, possibilita aos governos estaduais desenvolverem ações para melhorar a posição no ranking.

Para chegar ao Índice da Competitividade Estadual, a pesquisa levou em consideração, além da qualificação da força de trabalho, a infraestrutura e o nível de conhecimento e inovação. No quesito infraestrutura, o DF ficou em terceiro lugar. Foram avaliadas as condições de transportes, comunicações, saúde e educação. No item conhecimento e inovação, a capital da República ficou em sétimo.

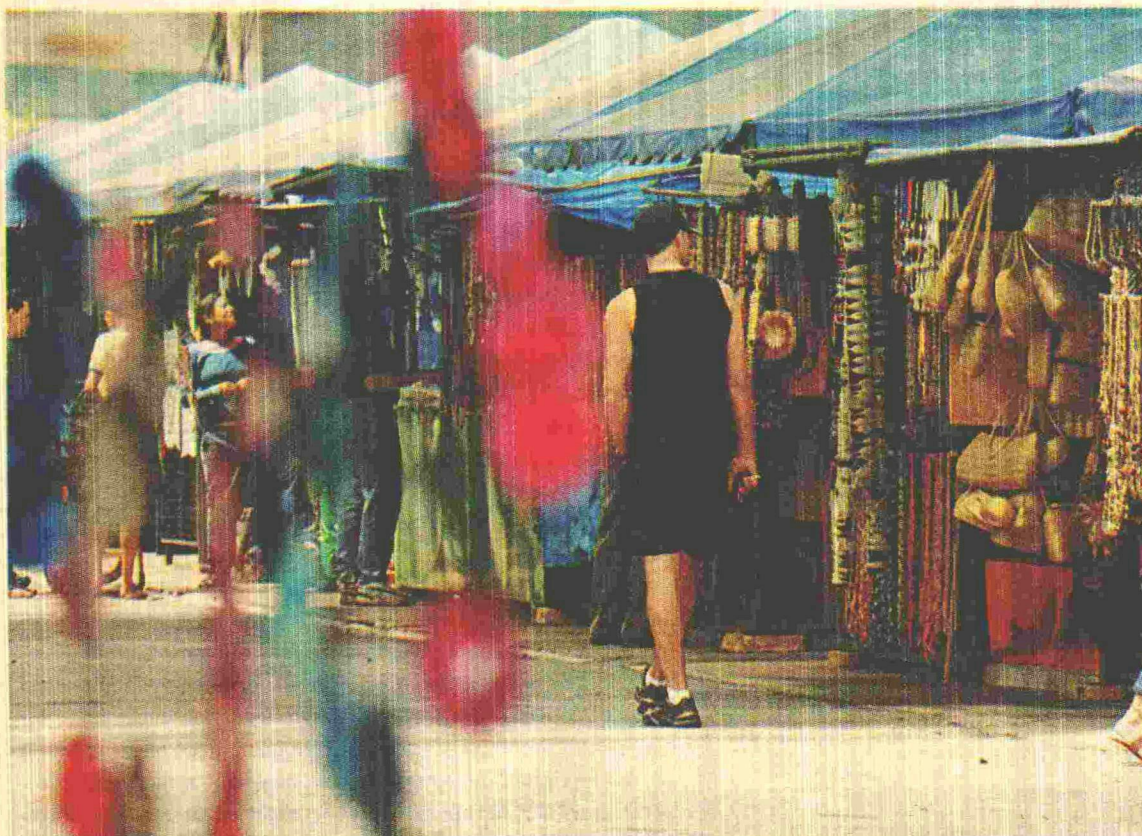
Os dados utilizados na elaboração do estudo foram coletados entre 2002 e 2005. Para quem não conhece, o MBC foi criado em 2001 por um grupo de lideranças nacionais, comandadas pelo empresário Jorge Gerdau.

Outro fator que influenciou o desempenho positivo do Distrito Federal na pesquisa foi o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, um dos maiores

do País. A competitividade está intimamente relacionada ao padrão de vida da população e à renda.

Entre todos os indicadores pesquisados que contribuíram para o posicionamento do DF no ranking estão as notas máximas em itens como população com mais de 10 anos de estudo, formação de doutores e qualidade dos cursos de pós-graduação.

Prova de que a força de trabalho brasileira está investindo na qualificação são os dados divulgados no início deste ano pela Secretaria do Trabalho. Dos 15.884 postos de trabalho ofertados pelas agências de emprego coordenadas pelo GDF em 2005, 12.235 foram preenchidos. Em anos anteriores, quase metade das vagas não foi preenchida por falta de mão-de-obra especializada.



A Feira da Torre pode se transformar em patrimônio histórico nacional

Reconhecimento ao trabalho do artesão

Virou uma rotina na Secretaria de Trabalho do DF: todo primeiro dia útil de cada mês, são entregues solenemente carteiras de artesão a trabalhadores do Distrito Federal, proporcionando maior facilidade para que eles comercializem seus produtos em feiras, exposições e outros eventos, impedindo o recolhimento da produção por fiscais. Na mais recente solenidade, a novidade foi o o interesse dos índios no reconhecimento de seu trabalho. A comunidade indígena foi orientada pela Secretaria do Trabalho para formar uma associação, abrindo assim, maior espaço nos eventos para o seu artesanato.

As carteiras, emitidas pela Secretaria de Trabalho, são entregues aos candidatos aprovados na seleção realizada por técnicos da Subsecretaria de Ocupação e Renda. O

candidato interessado deve procurar a secretaria munido da carteira de identidade, um artesanato já confeccionado e material para confeccionar outra peça na presença dos técnicos que vão analisar o trabalho. Após a avaliação o candidato será considerado apto ou não para receber a carteira de artesão.

Dentre os benefícios, os artesãos têm isenção de ICMS (17% em cima do produto) e financiamento para insumos e matéria prima em valores que podem variar entre R\$ 50 a R\$ 10 mil. O pagamento desses empréstimos podem ser pagos até 9 meses, com juros de 1,2%. O cadastramento pode ser feito de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h, no seguinte endereço: SEPN 511 - Bl. B - Edifício Bittar III - 1º andar.

INTERCÂMBIO - No começo do mês de fevereiro, representantes das Ofi-

cinas da Solidariedade participaram do encerramento dos cursos oferecidos pelas Oficinas às artesãs de Tocantins e Goiânia.

A iniciativa da parceria surgiu em janeiro quando a primeira-dama e a secretária de Trabalho do Tocantins visitaram as Oficinas e ficaram encantadas com o trabalho realizado. Menos de um mês depois, dez artesãs tocantinenses estavam aqui.

As Oficinas da Solidariedade foram criadas para que a Secretaria de Solidariedade não ficasse limitada apenas à entrega de pão, leite e cesta básica. Quando foram criadas as contrapartidas, também incluído o projeto de alfabetização de adultos - o "Eu Quero Ler", não pensou-se simplesmente em uma troca com os beneficiários, mas em ajudar as pessoas que estavam excluídas socialmente a gerar sua própria renda e ter o seu próprio sustento.

Um palco para o trabalho

Os produtos dos artesãos cadastrados podem ser encontrados nas várias feiras permanentes do DF. Além disso, a Secretaria do Trabalho tem colocado o artesanato candango em vários eventos de nível local (como Feimov, Feicom, Expominas, Expotchê) e nacional (Feira do Conforto Beleza e Lazer - UD/ SP, O Brasil Feito à mão - Belo Horizonte- MG, Fenneart /Feira de Artesanato de Recife-PE, entre outros). Mensalmente, a STB promove pelo menos uma exposição em shoppings, parques de exposições, pavilhões ou supermercados, para exposição e comercialização de produtos dos artesãos cadastrados. Para isso, foram estabelecidas parcerias importantes com shoppings e supermercados do DF, onde os artesãos têm obtido espaço de divulgação e comercialização.

COMEMORAÇÕES - Os feirantes do Distrito Federal comemoraram, e muito, o ano de 2005. O GDF, entre obras já concluídas e serviços ainda em andamento, está investindo aproximadamente R\$ 20 milhões nesse segmento. Feiras tradicionais que precisam de atenção especial foram contempladas com reformas e ampliações que mudaram, para melhor, as condições de trabalho e acessibilidade dos clientes. Destaque para as melhorias das feiras do Guará, Núcleo Bandeirante, Feira Modelo de Sobradinho, do Produtor, em Ceilândia, entre outras.

PATRIMÔNIO - A Feira da Torre de TV pode ser a primeira do Brasil a ganhar o título de bem imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O registro reconhece e protege legalmente as manifestações culturais de importância para a população. A 15ª superintendência do Ministério da Cultura, em Brasília, sugeriu que outra fosse reconhecida no Distrito Federal. A escolha será feita entre nove feiras. As sugestões estão abertas.

Desde a criação da lei que protege o patrimônio imaterial, em 2000, nenhuma feira foi registrada pelo Iphan. Alguns dos bens certificados, por exemplo, foram a pintura corporal dos índios Wajãpi, do Amapá, o trabalho das paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo, e o Samba de Roda no Recôncavo Baiano.



Uma das metas do GDF é investir na melhoria do sistema público de transportes

BID avalia transporte urbano de Brasília

O transporte e o trânsito são os únicos serviços que estão por trás de todas as atividades da sociedade. Eles afetam todas as pessoas, todos os dias. O impacto é tanto direto – o deslocamento da pessoa em si – quanto indireto, pela circulação dos bens e das mercadorias que estão sendo usadas pelas pessoas e pelo setor produtivo. O Governo do Distrito Federal sabe disso e se esforça para oferecer o melhor serviço possível aos que moram em Brasília e nas cidades do Entorno. Mais de 75% dos brasileiros residem, hoje, em áreas urbanas, nas quais a maioria das pessoas depende do transporte coletivo para deslocar-se. Mesmo nos domicílios com automóvel, o uso do transporte coletivo é uma necessidade para quem não pode usar o carro.

Neste mês de fevereiro, uma equipe de especialistas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) esteve em Brasília para discutir e avaliar os trabalhos em andamento do Programa de Transporte Urbano do DF (PTU) – Brasília Integrada. Os encontros técnicos também serviram para que os representantes do GDF passassem todas as informações do programa à nova diretora da missão do BID, Rosana Brandão. A Agência de Infra-Estrutura e Obras esclarece que a realização de missões técnicas como essa é de grande importância para o Brasília Integrada. Nesses encontros são avaliados, previamente, o andamento dos trabalhos para aperfeiçoar o projeto.

A expectativa é de que no mês de abril seja realizada a Missão de Orientação. Na ocasião deverão ser fechados os temas técnicos, ambientais, operacionais e institucionais do programa, para que seja iniciada a sua tramitação, dentro do banco,

culminando com a aprovação final, pela diretoria do BID. A Secretaria de Captação de Recursos Financeiros explica que as negociações com o governo federal para obter o aval da União – requisito necessário para que o GDF contrate empréstimo de US\$ 161 milhões com o BID –, serão feitas em paralelo à tramitação do Brasília Integrada dentro do banco. O Brasília Integrada está sendo elaborado pela Agência de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano, Secretarias de Transportes, de Captação de Recursos Financeiros, Infra-Estrutura e Obras, Desenvolvimento Urbano e Habitação; DER; Detran; Metrô; DFTrans e administrações regionais.

ATENDIMENTO – Outros estudos técnicos, ambientais, operacionais e institucionais estão sendo realizados com o objetivo de que o GDF implante um sistema integrado de transportes moderno e eficiente e que melhore a qualidade do atendimento ao cidadão. A segurança de pedestres e motoristas também tem sido um dos itens analisados com bastante atenção no Brasília Integrada. Entre as propostas apresentadas ao BID está a criação de ciclovias em todo o DF.

A Secretaria de Transportes destaca que já estão em andamento ações que permitirão a integração operacional e tarifária do transporte público coletivo no DF. No novo sistema, o usuário poderá fazer o deslocamento entre dois pontos da rede com o pagamento de uma só tarifa, dentro do intervalo definido como limite para a viagem integrada.

O total de investimento no novo sistema será de US\$ 246 milhões. Destes, US\$ 161 serão emprestados pelo BID e o restante, US\$ 85 milhões, corresponde à contrapartida do GDF.

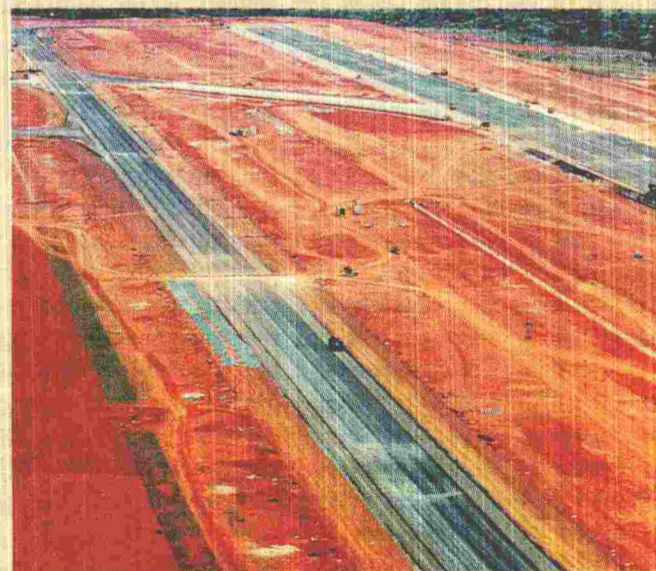
Aeroporto de Brasília ganha segunda pista

O aeroporto de Brasília já é o segundo mais movimentado em número de vôos no País, perdendo para Guarulhos e Congonhas (SP) (e o quarto em passageiros, onde perdeu, em janeiro, para o Galeão, no Rio de Janeiro). Isso sem incluir os vôos internacionais que devem se tornar uma realidade com a inauguração da segunda pista. Ao todo, em janeiro, segundo dados da Infraero, 10.600 vôos foram registrados na capital da República, responsáveis pelo trânsito de 869.360 passageiros.

A nova pista de pousos e decolagens do Aeroporto Internacional de Brasília Juscelino Kubitschek foi inaugurada em dezembro, com 3,3 mil metros de comprimento, e custou aos cofres públicos R\$ 160 milhões, sendo R\$ 30 milhões gastos em medidas ambientais. Com isso, a cidade fica apta a retomar a movimentação de vôos internacionais. A obra, segundo o presidente da Infraero, demorou dez anos para ser concluída, após superar embargos de ordem ambiental, judicial e urbano. Antes, muitos passageiros ficavam incomodados por ter que esperar até

40 minutos sobrevoando Brasília até que a autorização para o pouso fosse confirmada pela torre de comando. Agora, Brasília pode se consolidar como centro de distribuição, com a chegada e saída de vôos internacionais. Isso acontecia só nos aeroportos de São Paulo e Rio de Janeiro.

Para concluir a obra, foram feitas várias ações pela Infraero, como compensação ambiental. Em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), foram plantadas 15 mil mudas de árvores nativas na Área de Preservação Permanente (APP) do Córrego do Cedro, localizado ao longo da divisa patrimonial do Aeroporto de Brasília. A mata de galeria foi recuperada em suas margens, incluindo a do Park Way. A estatal também doou ao Zoológico de Brasília um borboletário com 30 espécies diferentes de borboletas e mariposas. A nova pista também vai reduzir o ruído aeronáutico, porque divide o movimento de aeronaves com a primeira pista, além de ter a maior parcela de sua curva de ruído localizada no interior do próprio sítio aeroportuário.



Uma capital que não pára de crescer

Quando Brasília foi inaugurada, há 46 anos, as previsões mais otimistas diziam que a população deveria atingir aproximadamente 500 mil habitantes no ano 2000. Hoje, a realidade é outra e o DF apresenta um dos maiores índices de crescimento populacional do País. No período de 1996 a 2000, a população passou de 1.821.946 para 2.051.146 habitantes, um crescimento de 12,6% em apenas quatro anos.

Para atender a essa demanda, até o final deste ano serão liberados 30 mil lotes do Programa Habitacional. A maior parte se concentra no Guará. A área do Jockey Clube dará lugar a um novo empreendimento residencial voltado para a classe média. Mas há muitos lotes que o GDF destinará às classes de baixa renda. Cerca de 4,4 mil terrenos serão liberados no Riacho Fundo II, outros 1.000 em Samambaia, 800 no Recanto das Emas e 100 projeções no Gama, Ceilândia, Planaltina, entre outras cidades, especificamente para atender os servidores da Educação.

Em fevereiro, o Conselho de Meio Ambiente (Conam) do DF liberou a primeira licença ambiental para a criação da QE 48 no Guará II. A nova área acomodará aproximadamente seis mil pessoas de baixa renda inscritas nos programas habitacionais do governo. Os beneficiados comprarão os imóveis por um preço abaixo do mercado.

Existem 21 setores habitacionais no Distrito Federal. Cerca de 90% dos condomínios irregulares estão aglomerados nessas áreas,

de acordo com a Subsecretaria de Análise de Parcelamentos Urbanos (Supar). Planaltina e Sobradinho são as regiões com maior número de parcelamentos. Mas Santa Maria é a cidade escolhida para o surgimento de novos condomínios.

Ao todo, existem entre áreas comerciais e residenciais, 14 propostas em análise pelos técnicos da Terracap. Uma das prioridades é o Setor Noroeste, com quase 20 anos desde o primeiro estudo. "2006 será o ano do Noroeste", afirma. Para moradias de baixa e média rendas, o governo concentra esforços na aprovação do Catetinho, que fica

próximo ao Gama, e à etapa II do Taquari, no Lago Norte. Juntos, os três setores vão oferecer 45.980 residências aos brasilienses.

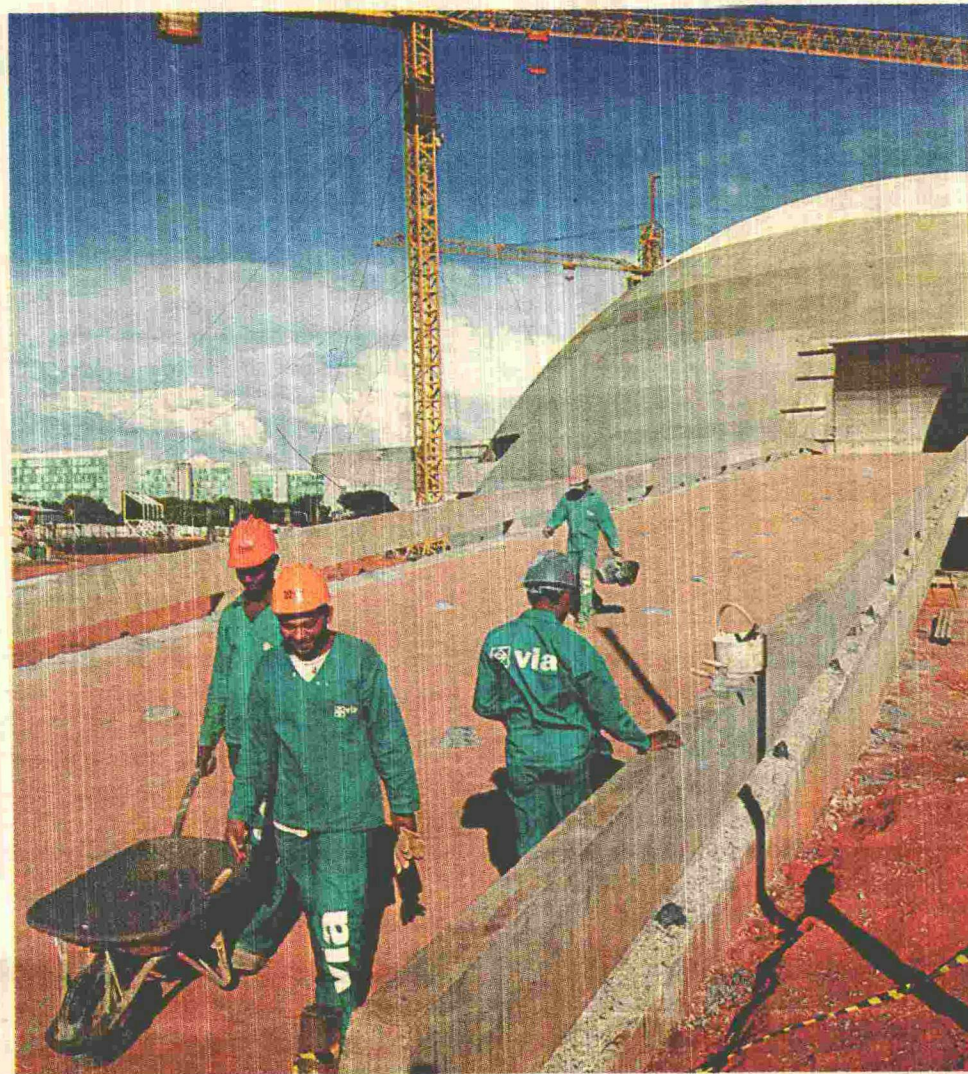
Também foi lançada em março a pedra fundamental do Setor Habitacional Mangueiral, conhecido como Vila Militar, em São

Sabastião. O bairro destinado a bombeiros e PMs terá 2.100 lotes para casas, 10 para sobrados e 103 projeções de três e seis pavimentos, num total de 3.650 apartamentos. Pelo menos 6 mil famílias serão beneficiadas.

BAIXA RENDA - Santa Maria é uma cidade onde a Supar pretende realizar o estudo urbanístico. A região é muito procurada para a aprovação de novos parcelamentos, devido às facilidades fundiárias do local. Hoje, 26 estão em tramitação na subsecretaria, em todo o DF. Dois deles já estão registrados: Chapéu de Pedra, em Santa Maria, e Residencial Jardim do Lago, no Jardim Botânico.

No período de 1996 a 2000, a população do DF cresceu

12,6%
chegando a
2.051.146
habitantes



Os investimentos do governo em obras alavancaram o setor da construção civil

Obras de impacto servem de termômetro

As grandes transformações promovidas pelo Governo do Distrito Federal, com obras de impacto em todas as cidades, movimentam um setor que tradicionalmente serve de termômetro para a avaliação da economia. O segmento de construção civil, de acordo com dados do Sinduscon-DF, congrega hoje duas mil empresas atuando em Brasília, sendo 400 delas de grande porte. Juntas, empregam 36 mil pessoas — pouco mais de um terço de toda a indústria local — e faturam R\$ 1,332 bilhão por ano.

Entre algumas das obras que movimentaram o setor estão: implementação da 3ª Faixa do Pistão Sul de Taguatinga, construção de Vias e duplicação do Complexo da Via L4-Norte - Plano Piloto, plantio de 110 mil árvores em diversos locais do Distrito Federal, instalação de redes elétricas, videoinspeção de rede drenagem, recuperação de vias, insta-

lação de quadras de esporte em diversas cidades. O GDF também está concluindo ou concluiu pontes sobre o Córrego Atoleiro - Planaltina, viaduto no Eixo Monumental / Rodoferroviária e Viaduto Entroncamento DF-280/BR-060 - Santo Antônio do Descoberto.

Além da reforma e ampliação do Centro de Convenções no Plano Piloto, o governo está a frente da construção da Biblioteca do Complexo Cultural da República, do Museu Nacional de Brasília e Restaurante no Setor Cultural - Plano Piloto e do Shopping Popular da Ceilândia, além da complementação de Obras do Metrô - Taguatinga / Ceilândia. As obras do programa Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), implantando asfalto, drenagem e meios-fios, em diversas cidades satélites, revolucionaram o trânsito e a qualidade de vida de milhões de moradores e motoristas.

Só o DF tem 100% de esgoto tratado e coletado

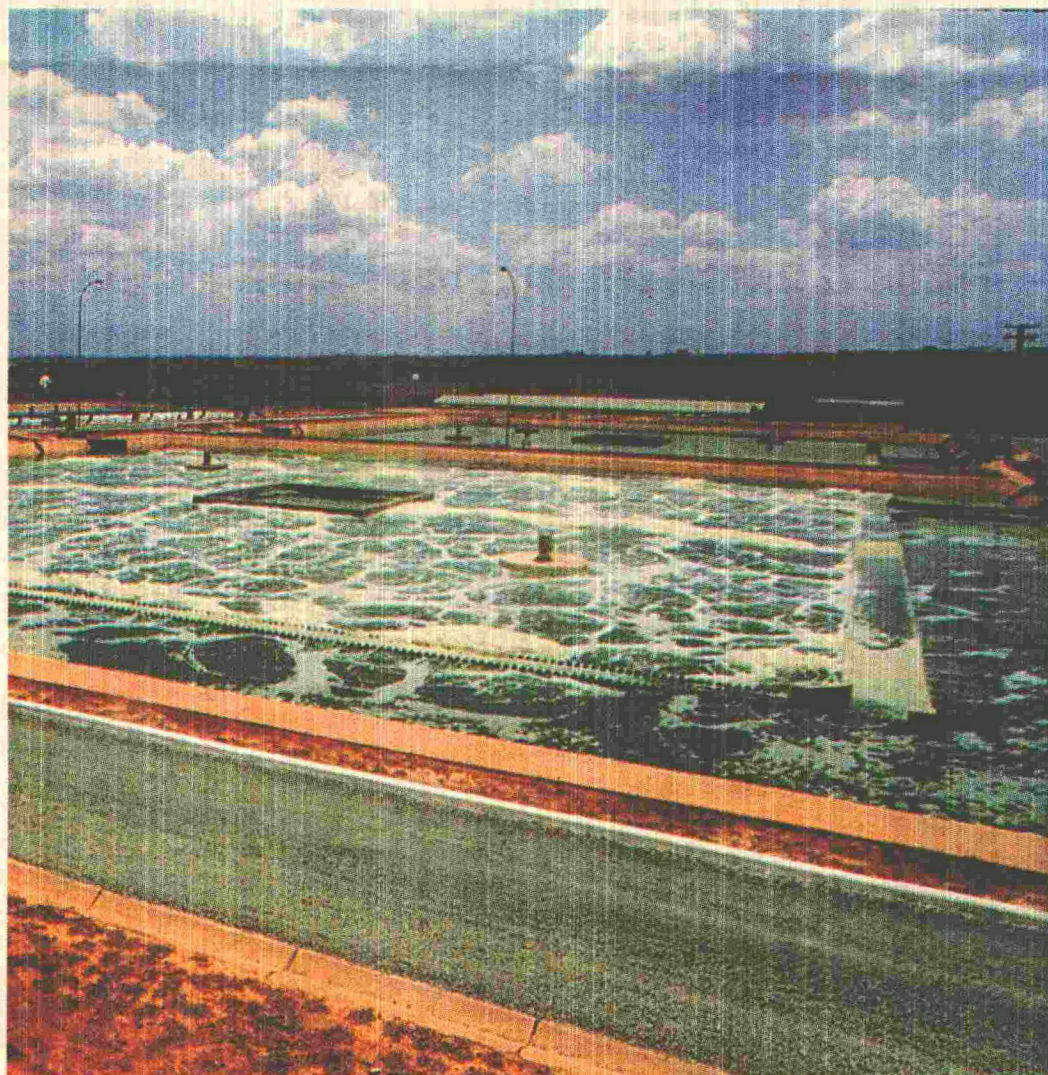
Mais uma vez o Distrito Federal dá exemplo ao resto do País, como a única Unidade Federada com 100% de esgoto tratado e coletado. No segundo semestre do ano passado, em solenidade que contou com a presença de representantes do GDF e do Ministério das Cidades, foi inaugurada a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Melchior, para atender cerca de 420 mil habitantes. A construção da ETE era a última etapa para que o governo conseguisse atender toda a população.

Para o GDF, foi um momento histórico, levando-se em consideração que a média de atendimento sanitário no País é de 13%, enquanto o DF atinge os 100%. O investimento da ETE Melchior foi da ordem de R\$ 100 milhões, numa parceria da Caesb com a Caixa Econômica Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que trouxe enormes benefícios para a saúde pública. A água limpa preserva o ambiente e diminui os

índices de doenças.

De acordo com levantamentos da Caesb, os 100% de tratamento de resíduos líquidos é uma marca inédita no País e na América Latina. O novo interceptor está localizado em Taguatinga, e já beneficia 1,2 milhão de habitantes locais e também de Samambaia. A ETE Melchior é a maior estação de tratamento de esgotos do DF. São mais de 210 mil metros quadrados de áreas ocupadas, equivalentes a 42 campos de futebol. Segundo a Caesb, a estação também vai contribuir para a preservação do meio ambiente e a despoluição da bacia do Corumbá, resgatando uma dívida ambiental do DF para com o Entorno e com o Estado de Goiás.

A Secretaria de Captação de Recursos Financeiros tem buscado parcerias com o Ministério das Cidades visando obter recursos a fundo perdido da União para patrocinar as obras de saneamento – que também consistem no tratamento da água e do lixo sólido.



Comunidade rural também ganha com acesso à internet

A possibilidade de comunicação por meio da Internet é um passo decisivo na busca da competitividade e influencia diretamente os resultados do mercado de agronegócios. As comunidades rurais, principalmente os agricultores familiares e os trabalhadores rurais não podem ficar de fora desta oportunidade de desenvolvimento. Pensando nisso, a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal (Seapa) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), lançaram no ano passado o Projeto Campo Online, uma iniciativa inovadora e inédita em nível nacional. O projeto prevê a instalação de terminais públicos gratuitos de acesso à Internet nas unidades locais da Emater/DF situadas nos Núcleos Rurais do Distrito Federal, que são chamados de Terminal do Produtor. A localidade pioneira do projeto foi o Núcleo Rural Rio Preto, que tem hoje aproximadamente 250 produtores. Por meio dos terminais, os moradores da região poderão ter acesso a serviços como: compra de insumos e equipamentos; cotação de preços de produtos agropecuários; boletins informativos sobre o clima, mercado e tecnologia. Com a Internet, a comunidade poderá oferecer produtos da região no mercado, ampliando as chances de comercialização.

Hoje, o Núcleo Rural Rio Preto é um importante fornecedor de grãos – soja, milho, feijão. Para a implantação do projeto, a Seapa conta com parcerias. A Emater desenvolveu o projeto, a Star One, uma empresa de comunicação do sistema Embratel, disponibilizou o canal via satélite por um ano de forma gratuita e o restante dos parceiros investiu recursos com treinamento das comunidades, aquisição dos computadores e adequação do ambiente. São parceiros: Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea); Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (Abeas); Fundação Rural, Associação dos Engenheiros Agrônomos do Distrito Federal e Cooperativa de Crédito Rural (CrediBrasília).

CERTIFICADOS – Durante o lançamento do projeto no Núcleo Rural Rio Preto, foram entregues certificados aos primeiros membros da comunidade treinados para o uso da Internet. Somente no último trimestre, foram treinadas três turmas de dez alunos. No escritório da Emater localizado nesse núcleo existem dois terminais de acesso à Internet, onde os produtores podem se revezar na utilização. Este projeto representa a inclusão digital das comunidades rurais. O próximo beneficiado com o projeto é o núcleo de Taquara, região rica na produção de diversas hortaliças e tubérculos, como pimentão, cenoura, beterraba.

Brasília, o maior IDH do País

Brasília recebeu, recentemente, títulos que orgulham a cidade como, por exemplo, a Unidade da Federação (UF) com o menor índice de desemprego, com a maior taxa de criação de empregos, maior renda per capita e maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. Estes fatores fazem da Capital a melhor cidade do Brasil em qualidade de vida, constatado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e comprovado por uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas.

O IDH foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Seus valores variam de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Países com IDH de até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo; com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio; e com índices maiores que 0,800 são considerados de desenvolvimento humano alto.

O IDH de Brasília é de 0,845, similar ao do Uruguai, 46º no ranking mundial. O Brasil ocupa o 63º lugar.

A criação de emprego e renda é a grande responsável pelo crescimento socioeconômico da cidade. A maioria desta dinâmica econômica vêm dos micro e pequenos empreendimentos que estão distribuídos em todas as regiões administrativas do DF, levando o emprego para perto do trabalhador. Esse impulso se dá graças ao Pró-DF, programa do governo que concede incentivo fiscal e econômico a empresas que se instalem em Brasília e arredores.



O IDH de Brasília é de

0,845

similar ao do Uruguai,

46º

no ranking mundial. O Brasil ocupa o 63º lugar

Para morador, DF é o melhor lugar para se viver

Pesquisa encomendada pelo jornal Correio Braziliense ao Instituto WHO – Pesquisa e Informação de Mercado, intitulada Brasília, Presente e Futuro, revelou que 93,9% dos 2 milhões de habitantes do DF consideram que a capital federal é um lugar onde se vive bem ou de forma razoável. O nível de satisfação do brasileiro com as cidades do Distrito Federal está bem acima da média do País, onde apenas 62% dos brasileiros estão satisfeitos com as cidades onde moram, segundo pesquisa da Vox Populi, de março de 2000.

De acordo com os resultados, os cidadãos sabem dos problemas existentes, mas 74,3% acham que é melhor viver aqui do que em outras capitais do Brasil.

Os dados indicam o apego do brasileiro à cidade. Por exemplo, 60% dizem que o DF oferece mais oportunidades para mudar de vida do que outros lugares, o que explica a continuidade do fluxo migratório para a capital. Um percentual elevado dos brasileiros (31,5%) está otimista e acredita que a vida vai melhorar. A perspectiva de que a vida vai melhorar no futuro próximo é maior entre as pessoas que moram nas cidades mais carentes, onde 42% da população acham que a qualidade de vida no DF vai melhorar muito ou, pelo menos, um pouco, nos próximos cinco anos, indicando esperança ou progresso de quem saiu de invasões e assentamentos de baixa renda.

Segundo a pesquisa WHO, o principal motivo que leva o brasileiro a gostar da cidade é “a facilidade de viver em Brasília”, onde as coisas são mais simples de serem resolvidas e existe qualidade em serviços públicos (32,4%).

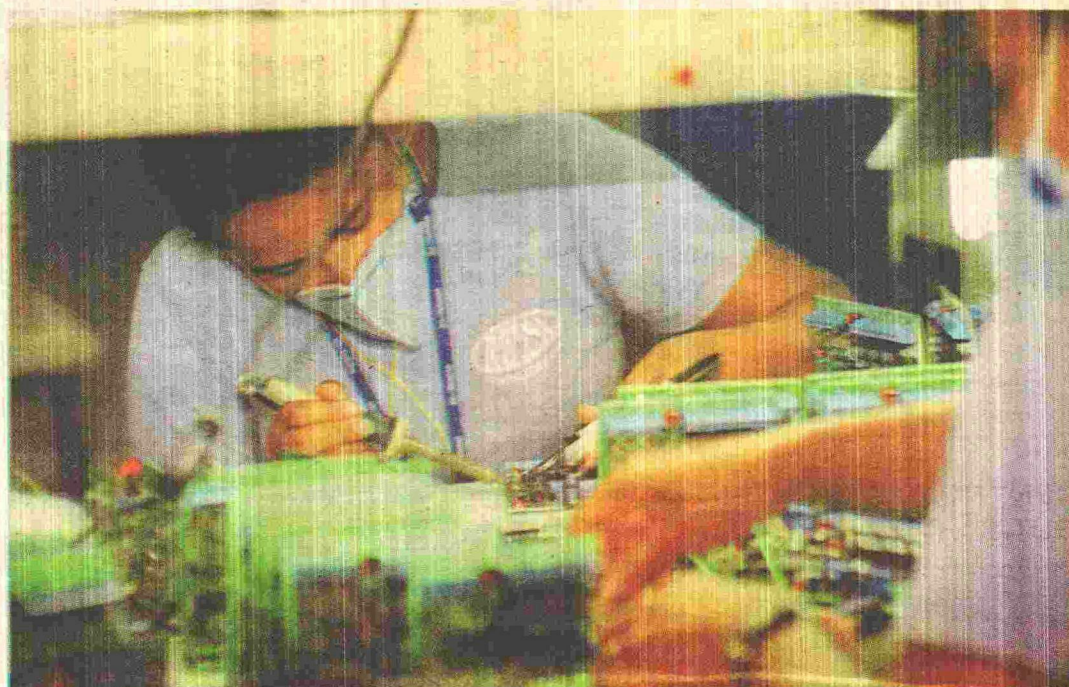
Maior parte do PIB do DF vem do setor privado

O Pró-DF é uma das experiências mais bem-sucedidas do Governo do Distrito Federal. Criado em 1991, após a identificação de uma grande massa de desempregados no DF (algo em torno de 26 % da PEA - População Economicamente Ativa), principalmente na periferia. Isso criava enorme pressão por postos de trabalho sobre o Plano Piloto. Como o Estado brasileiro, como um todo, havia esgotado sua capacidade de empregar, o GDF decidiu quebrar o paradigma de Brasília como uma cidade meramente administrativa, fomentando o empreendedorismo de sua população, principalmente a dos menos favorecidos. Hoje, a maior parte do PIB do DF é privado. A geração de empregos líquidos chegou a níveis só experimentados à época da construção da cidade

Surgiu, posteriormente, o Pró-DF II, com o objetivo de aperfeiçoar e ampliar o programa, sobretudo nas questões relativas a benefícios e aos seus respectivos procedimentos operacionais. Foram feitas pela Secretaria de Desenvolvimento Social as adaptações necessárias, em função de atualizações no sistema tributário brasileiro. Em sua essência, o Pró-DF mantém como objetivo básico e prioritário a geração de emprego e renda para a população do DF. Baseia-se no fomento ao empreendedorismo, o que estimula o nascimento de novas empresas, além de atrair para a formalidade iniciativas produtivas, antes desenvolvidas às margens da economia formal. O público alvo é o empreendedor, esteja ele desempregado, subempregado ou empregado. Interessa ao governo que o cidadão empreenda, investindo e contratando mão-de-obra perto do seu estabelecimento.

Dentre os muitos benefícios concedidos aos pequenos empresários, destacam-se o incentivo creditício, que concede à empresa empréstimo de até 70% do ICMS, com prazo de 15 anos para pagamento; redução fiscal de até 100% no pagamento de impostos como o ITBI, IPTU, IPVA e Taxa de Limpeza Urbana; desconto de até 95% do valor do terreno adquirido para a construção do seu respectivo prédio; capacitação empresarial e profissional; apoio para o desenvolvimento de programas de responsabilidade social; e linha de crédito no BRB para financiamento de capital de giro.

Essa iniciativa criou um círculo econômico virtuoso no DF, deslocando a maior parte o PIB brasiliense do setor público para o setor privado, permitindo que a capital do País tenha chegado ao final de 2005 com apenas 18% de desempregados, pelo critério da PEA. Mesmo com o vigoroso crescimento vegetativo e migratório da cidade, o Programa cumpriu sua função de diminuir, de forma drástica, a massa de desempregados na região. O Pró-DF também permitiu a criação ou sedimentação de cidades no entorno de Brasília com economias quase que autônomas em relação ao Plano Piloto, o que desonerou os programas sociais do governo e fixou a mão-de-obra perto de suas residências.



RESULTADOS

Ao longo dos últimos anos, foram criados 160 mil empregos diretos e indiretos. Cerca de R\$ 8 bilhões foram investidos pela iniciativa privada na economia do DF, o que aumentou a arrecadação de ICMS e ISS. O GDF também investiu, com recursos próprios, cerca de R\$ 250 milhões na infra-estrutura das áreas incentivadas.

Até o final deste ano, espera-se criar mais 10 mil novos postos de trabalho formais no DF, atraindo investimentos privados de R\$ 1 bilhão, e públicos, de R\$ 250 milhões.

CRONOGRAMA

Existem, hoje, 24 Áreas de Desenvolvimento Econômico no DF, que receberam, só em infra-estrutura, investimentos de cerca de R\$ 250 milhões. Acrescente-se a isso os R\$ 8 bilhões em investimentos privados e o projeto de capacitação desenvolvido pelo GDF, em convênio com o Sebrae.

O GDF pretende, ainda, investir cerca de R\$ 250 milhões em infra-estrutura, aguardando, para tal, análise de projeto apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que prevê investimentos privados, até o final de 2006, de R\$ 1 bilhão.

Ainda dentro do Pró-DF, quatro novas iniciativas governamentais deixarão um legado de crescimento sustentável para o futuro: são os parques Capital Digital, o de saúde, o de microcomponentes e de semicondutores, e o de biotecnologia. O primeiro projeto, recentemente aprovado no Senado Federal, garantiu a Brasília a fixação do centro de processamento de dados do Banco do Brasil, o que, por si só, carreará, para a nossa economia, um investimento de R\$ 2 bilhões. Quando totalmente implantado, 40 mil novos empregos de alta qualidade, estarão disponíveis à população.

RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS

Resumidamente, foram investidos cerca de R\$ 8,2 bilhões e gerados 160 mil postos de trabalhos formais, diretos e indiretos.

INFRA-ESTRUTURA

Metade da infra-estrutura necessária ao funcionamento das ADEs existentes já está implantada. O restante aguarda análise de carta-consulta apresentada ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Histórias de sucesso da parceria GDF - Sebrae

A parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o Sebrae-DF, por meio do Pró-DF e das Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs), já contabiliza inúmeras histórias de sucesso. O resultado pode ser aferido não apenas pela grande

quantidade de postos de trabalho que foi criada, mas, principalmente, pela satisfação dos pequenos empresários, beneficiados com financiamento e apoio logístico, como nos exemplos a seguir:

ELEGÂNCIA FEMININA - GUARÁ

As irmãs Altair de Freitas e Narceli Luiza de Freitas Correa são proprietárias da Elegância Feminina Criações e Confecções Ltda., empresa instalada no Pólo de Modas do Guará. "Iniciamos nossas atividades em 1994, mas só ingressamos no Pró-DF em 1999. Hoje, empregamos seis costureiras e geramos mais dois empregos diretos. A clientela aumentou tanto que já estamos precisando contratar mais funcionários", atesta Altair.

CENTRO AUTOMOTIVO - GUARÁ II

Josimar Santos Oliveira é proprietário do Jocar Centro Automotivo, no Guará II, empresa que começou basicamente como "fundo de quintal". Depois dos benefícios do Pró-DF, hoje ele emprega 12 funcionários, todos com carteira assinada. "Fui chefe de oficina de uma concessionária da cidade, mas depois decidi abrir o meu próprio negócio. Para entrar no Pró-DF, cumprimos todas as metas estabelecidas pelo GDF. Agora, teremos apoio de consultores para uma campanha de divulgação dos nossos serviços. Além disso, sempre participamos de todos os cursos", diz Josimar.

SUPERMERCADO BARATUDO - SANTA MARIA

O comerciante Antônio Luiz Uchôa iniciou seus negócios há 14 anos com uma papelaria, depois transformada num mercado. "Queríamos crescer mais e foi preciso ousadia nas instalações. Com os benefícios do Pró-DF, fomos uma das primeiras de Santa Maria a receber o lote", conta Uchôa, dono do Supermercado Baratudão, instalado numa área de 2,4 mil metros quadrados.

AUTO-REGULADORA NIPPON - SETOR DE OFICINAS SUL

Há 32 anos no mercado, Celso Massao Kobayashi, um dos proprietários da Auto-reguladora Nippon, no Setor de

Oficinas Sul, diz que quando ele e o irmão decidiram traçar metas de expansão para a empresa, recorreram ao auxílio do Pró-DF. Hoje ele se orgulha de oferecer aos consumidores um serviço que possui certificado de qualidade.

RAJAS ESQUADRIAS - NÚCLEO BANDEIRANTE

José Augusto de Souza é proprietário da Rajas Esquadrias de Alumínio Ltda., no Núcleo Bandeirante. Com o apoio do Pró-DF, dispõe de uma área de 400 metros quadrados, empregando 38 pessoas. Ele já admite a possibilidade de ampliar o negócio: "Quando tiver a oportunidade de aumentar o espaço, poderei contratar até 70 funcionários. Fui um dos primeiros empresários a receber o financiamento e superei todas as metas estabelecidas pelo GDF", diz.

RBM CARROCERIAS - SAMAMBAIA

Antes do Pró-DF, Édson Lima, um dos proprietários da RBM Carrocerias, trabalhava em galpões alugados, em Taguatinga. O sonho do imóvel próprio, para gerir seu empreendimento com maior segurança e tranquilidade, só pôde ser possível com o apoio do GDF e do Sebrae-DF. "O projeto é genial, pois nos ofereceu oportunidade de exercer nossas atividades em imóvel próprio. Isso nos dá incentivo para continuar investindo cada vez mais", diz.

CALÇADOS KOC PITY - PÓLO JK

Geová Souza da Silva fabrica sandálias desde 1996. Proprietário da Calçados Koc Pity, localizada no Pólo JK, ele só conseguiu ampliar suas instalações a partir do apoio recebido pelo Pró-DF. Ele testemunha: "O que me ajudou a crescer foi a aquisição de um lote, por meio do Pró-DF. Com o incentivo recebido - como a dispensa de IPTU, pude investir em outras frentes".

MÁRMORES E GRANITOS NOBREMAR - SOBRADINHO

Quando começou a trabalhar com mármores e granitos, Carlos Bruno



Batônico dividia o mesmo espaço de sua loja para a produção e a venda. Isso foi há oito anos. Hoje, o mesmo espaço é utilizado apenas para a comercialização dos produtos. "O espaço ficou pequeno e, com o Pró-DF, conseguimos dois terrenos no Setor de Expansão de Sobradinho. Pretendo expandir minha área em até mil metros quadrados", afirma.

GRÁFICA QUALIDADE - NÚCLEO BANDEIRANTES

Em 1992, Antônio Eustáquio de Oliveira, proprietário da Gráfica Qualidade, no Núcleo Bandeirantes, dispunha de apenas 150 metros quadrados. "Procuramos o GDF e conseguimos um terreno bem maior. A mudança foi estratégica, pois, antes, o nosso trabalho era feito em lugares impróprios e apertados. Não podíamos trabalhar à noite, uma necessidade no nosso negócio. Com o passar dos anos, em 1998, o Pró-DF possibilitou a expansão do setor. Nossa gráfica acabou servindo de modelo para o Pró-DF", ressalta.

AUTO-ELÉTRICA ADONAI - RECANTO DAS EMAS

Todo mês, R\$ 1,1 mil do faturamento mensal de Pedro Messias Gomes, conhecido como Adonai, era destinado ao aluguel, na Ceilândia. Orientado a se inscrever no Pró-DF seu projeto acabou mudando para o Auto-Elétrica Adonai e decidiu enfrentar novos

desafios. "Tive receio, já que seria preciso enfrentar uma nova clientela. Construí as instalações na raça e tive a felicidade de levar comigo 30% da minha antiga clientela. Os outros 70% conquistei com muito trabalho e com a ajuda do GDF e do Sebrae", diz.

CASA DAS GARRAFAS LTDA - CEILÂNDIA

Lorival Antônio Macedo Filho, conhecido como Júnior, é proprietário da Casa das Garrafas Ltda, em Ceilândia, empresa que trabalha com reciclagem. Em 2000, conseguiu registrar a firma e, no ano seguinte, orientado pelo Sebrae-DF, cadastrou-se no Pró-DF. Em 2001, montou o negócio em uma nova área, dentro de Ceilândia. "Quando comecei, tinha 18 funcionários, hoje tenho 28", afirma.

AUTOMECÂNICA CARLAUTO - CANDANGOLÂNDIA

Se depender de Carlito dos Santos Cruz, ele fará todos os cursos oferecidos pelo Sebrae-DF. O empresário é dono da Automecânica Carlauto, na Candangolândia, e não dispensa esses exercícios de capacitação, porque, na sua avaliação, "não há outro caminho para o sucesso". Ele conta que, com o Pró-DF, teve a oportunidade de adquirir dois lotes na Candangolândia e se orgulha de ter aproveitado essa oportunidade com

Cidade Digital: uma realidade

Depois de quase um ano e meio, Brasília pode comemorar a aprovação do Projeto de Lei que amplia os limites do Parque Nacional de Brasília e cria o Parque Capital Digital. O projeto, enfim, foi aprovado pelo Senado Federal e sancionado pela Presidência da República. Isso representa uma importante conquista com a geração de 140 mil novos empregos em uma indústria não poluente, de alta tecnologia e que só trará benefícios para o DF. A Cidade Digital vai transformar o Distrito Federal em um centro de referência mundial na produção de bens e serviços de Tecnologia, Informação e Comunicação. Os investimentos chegam a mais de R\$ 2 bilhões, em uma área construída de 700 mil metros quadrados. O espaço destinado ao empreendimento tem 123 hectares e fica ao lado do Parque Nacional de Brasília.

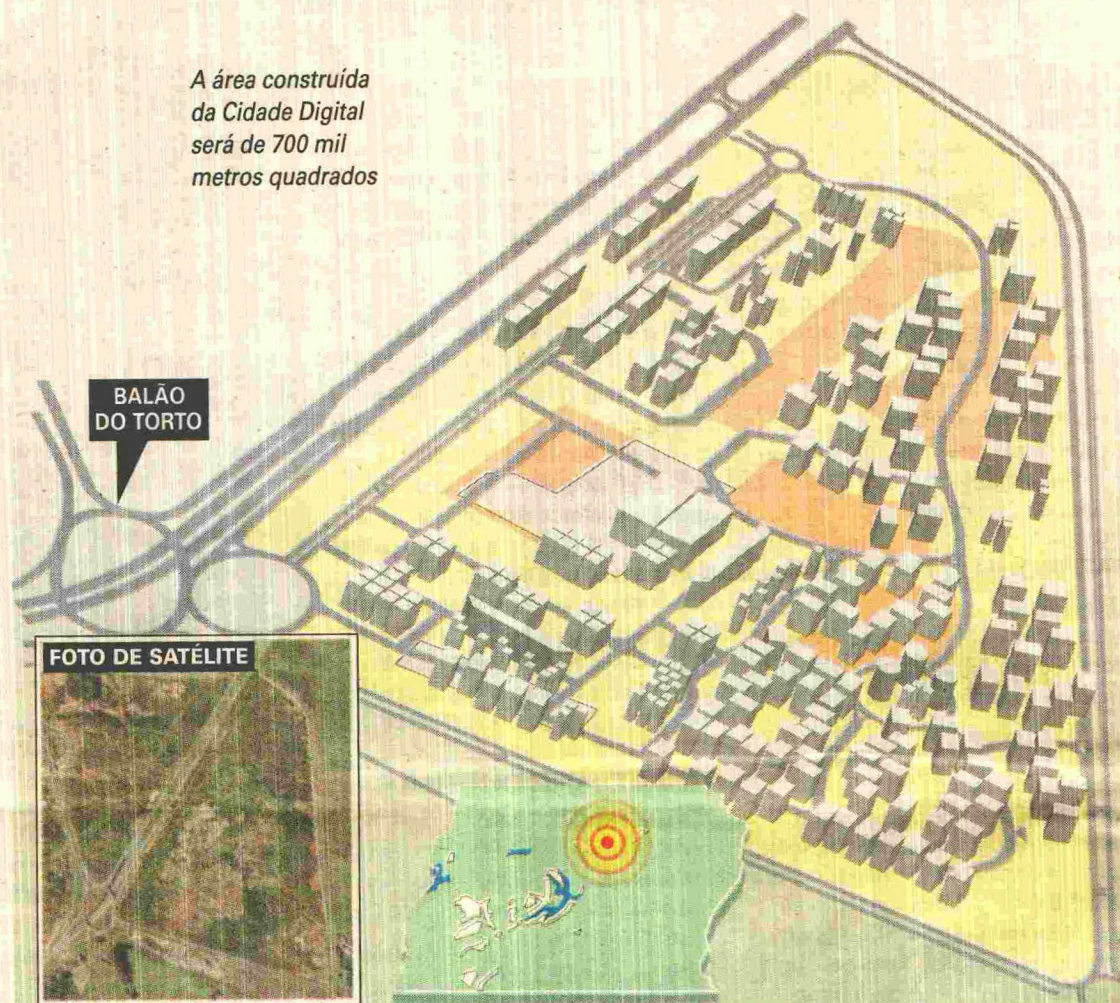
O projeto prevê condomínios empresariais, edifícios com salas de 80 metros quadrados, para micro e pequenas empresas, e terrenos para médias e grandes. As unidades serão vendidas de acordo com as regras do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico do DF, o Pró-DF, um dos grandes diferenciais do parque. O Pró-DF concede linha de crédito com recursos do Fundo de Desenvolvimento do DF (Fundefe), desconto de até 95% na aquisição de terrenos, e isenção (total ou parcial) de diversos impostos, como IPTU, ITBI e ISS.

Os estudos para a edificação do pólo de tecnologia já estão em andamento. A Secretaria para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, órgão ao qual a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) é vinculada, iniciou a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto no Meio Ambiente (Eia-Rima), que garantem as licenças ambientais para o início das obras. As alterações no projeto original excluem da área de ampliação do parque a Granja do Torto, o Parque de Exposições, a Vila Weslian Roriz, as áreas entre o Ribeirão Pantanal, o Córrego Três Barras, a Rodovia DF-003 e o Núcleo Rural do Lago Oeste.

A criação de uma área específica para reunir empresas do segmento de tecnologia da informação e de telecomunicações contribuirá em muito, para o desenvolvimento do setor no DF, que reúne 1.024 empresas e emprega 25 mil pessoas, com faturamento de R\$ 2 bilhões por ano.

SONHO ANTIGO - Em dezembro de 2002, a Câmara Legislativa aprovou uma lei que autorizou a criação da Cidade Digital em área próxima à Granja do Torto, dentro do Parque Nacional de Brasília. O objetivo era criar um pólo de alta tecnologia para abrigar empresas da área de tecnologia da informação. Mas como a área está dentro dos limites do Parque Nacional, o Governo do Distrito Federal não obteve licenciamento para concretizar o projeto. A solução para o impasse veio em 2004, quando o Ministério do Meio Ambiente enviou ao Congresso um projeto de expansão do Parque Nacional. O texto retira da poligonal a área destinada à Cidade Digital e inclui outras regiões nos limites da unidade de preservação.

A área construída da Cidade Digital será de 700 mil metros quadrados



DF quer ser reconhecido como metrópole

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação luta para que o Distrito Federal – com uma grande população vivendo também no Entorno – seja legalmente reconhecido como "Região Metropolitana". Quando isso acontecer, será possível oferecer condições de vida ainda melhores para a população. Esse tema foi amplamente debatido por ocasião da 2ª Conferência Distrital das Cidades, realizada em 2005.

Durante dois dias, representantes do governo federal, do GDF, da comunidade, de empresários, ONGs e líderes comunitários discutiram propostas que serão encaminhadas ao Ministério das Cidades para a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O objetivo é transformar as cidades brasileiras em espaços mais sustentáveis, garantindo moradia, saneamento básico, infra-estrutura e

transporte eficiente.

É preciso adequar o Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano às características locais. No DF, deve-se levar os equipamentos públicos, os programas de geração de emprego e renda, habitação, saúde e educação às cidades do Entorno. Uma das alternativas é atrair moradores para outras localidades melhorando o transporte público para atender as 300 mil pessoas que diariamente deixam o Entorno para trabalhar em Brasília, onde estão concentrados 80% dos empregos. Para isso, já estão previstos investimentos de US\$ 161 milhões do Bando Interamericano de Desenvolvimento e US\$ 85 milhões do GDF. Para que se desenvolva uma política urbana eficiente deve-se considerar o Distrito Federal como uma metrópole de 8 milhões de habitantes que vivem nas 382 cidades do Entorno.